**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

**ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES**

**PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD**

**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**LUCAS BEZERRA DIAS**

**A SOCIEDADE COMO INSTITUIÇÃO DE CONTROLE E PUNIÇÃO: O “HOLOCAUSTO” BRASILEIRO EM BARBACENA (MG)**

**MONOGRAFIA**

**GOIÂNIA,**

**2024**

**LUCAS BEZERRA DIAS**

**A SOCIEDADE COMO INSTITUIÇÃO DE CONTROLE E PUNIÇÃO: O “HOLOCAUSTO” BRASILEIRO EM BARBACENA (MG)**

Pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado na Pontifica Universidade Católica de Goiás como requisito básico para a conclusão do Curso de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dra. Lucia Helena Rincon Afonso

Leitora: Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

**GOIÂNIA,**

**2024**

Dedico este trabalho a toda minha família e meus parentes; mesmo com toda a dificuldades durante o caminhar da minha vida acadêmica, sempre me manterão incentivado e motivado a continuar.

Dedico também a todo os meus amigos que fiz durante todo período na Universidade, sem eles também, não teria conseguido.

**AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente há Deus, por me permitir chegar até mais esta etapa da minha vida e realização de um sonho. Também sou grato por todo apoio vindo de minha família e amigos, que desde o começo sempre me auxiliaram muito na construção da minha carreira acadêmica.

Agradeço a todos os meus amigos que fiz dentro da universidade, vou sempre lembrar carinhosamente de toda a nossa trajetória, entre os autos e baixos, entre o choro e risos que dividimos neste caminhar. Sempre vou ter vocês em um cantinho especial em meu coração e em minhas memorias.

Agradeço, pôr fim a todos os professores que tive durante estes anos na universidade, por todos os ensinamentos tanto acadêmicos, como social, e apesar das dificuldades enfrentadas sempre se mantiveram firmes como docente e amigos.

*“Nós precisamos colocar a saúde mental em evidência, precisamos compartilhar as nossas histórias, para que a saúde mental não seja ignorada”*

*(Lady Gaga)*

**RESUMO**

O presente trabalho apresenta uma pesquisa sobre a loucura subsidiada nas abordagens de Michel Foucault sobre a mesma e ao Estado, gerando políticas de controle e “arianisação” na sociedade, principalmente após o Golpe Civil Militar no Brasil em 1964. A estudo tem como foco principal o movimento manicomial que houve Brasil que teve início do início na década de 1960 até o final da década 1980, quando foi descontinuado como resultado do Movimento Antimanicomial iniciando após denúncias por todo o território nacional. Aborda o “Holocausto” Brasileiro, que aconteceu na cidade de Barbacena, em Minas Gerais, onde milhares de pessoas foram mortas dentro do Hospital Colônia. Após anos de barbárie, em 2001 foi aprovada a Lei 10.216 que instituiu o fim dos manicômios e o reconhecimento dos direitos de todos aquele que possuíssem alguma patologia física ou cognitiva, e como resultado da Reforma Psiquiátrica houve o surgimento dos CAPS e NAPS em toda a nação brasileira. Por fim, reconhecendo que o movimento antimanicomial ainda é um tema que está muito em alta, pois ainda existe instituições que mantem seus pacientes ao mesmo modo que eram tratados os pacientes do Colônia antes da reforma.

**PALAVRAS CHAVE:** Sociedade punitiva; Hospital Colônia; Movimento Antimanicomial.

**ABSTRACT**

This paper presents a study of madness based on Michel Foucault's approaches to madness and the state, generating policies of control and "aryanization" in society, especially after the Civil Military Coup in Brazil in 1964. The main focus of the study is the asylum movement that took place in Brazil from the early 1960s until the late 1980s, when it was discontinued as a result of the Anti-Asylum Movement, which began after denunciations throughout the country. It deals with the Brazilian "Holocaust", which took place in the city of Barbacena, in Minas Gerais, where thousands of people were killed inside the Colony Hospital. After years of barbarism, in 2001 Law 10.216 was passed, which instituted the end of mental institutions and the recognition of the rights of all those with any physical or cognitive pathology, and as a result of the Psychiatric Reform, CAPS and NAPS emerged throughout the Brazilian nation. Finally, recognizing that the anti-asylum movement is still a hot topic, as there are still institutions that keep their patients in the same way as the Colony patients were treated before the reform.

**KEYWORDS**: Punitive society; Colony Hospital; Anti-asylum movement.

**SUMARIO**

**INTRODUÇÃO 09**

1. **MICHEL FOUCAULT: VIGILÂNCIA, SOCIEDADE, PUNIÇÃO E PODER... 16**
   1. MAQUINAS OU CORPOS DOCEIS? 21
   2. O CAMINHAR PARA A BARBÁRIE 24
   3. E ECLODE A BARBÁRIE NO BRASIL: SISTEMA DE “APOIO” A PATOLOGIAS FÍSICAS E COGNITIVAS EM BARBACENA, MG 26
2. **O HOLOCAUSTO BRASILEIRO EM BARBACENA, MINAS GERAIS: SEGREGAÇÃO, TORTURA, O ESTADO HEGEMÔNICO E AS MULHERES COMO RESISTÊNCIAS 29**
   1. O TREM DE LOUCO: A MÁQUINA LUCRATIVA DE FERRO 33
   2. MULHERES, AS HEROÍNAS SEM CAPAS: DO JALECO AO NUMERO DE INTERNAÇÃO 35
   3. A CAPITALIZAÇÃO POST-MORTEM E O REAL LOUCO AO MEIO DOS LOUCOS 38
3. **DA OBSOLESCÊNCIA MANICOMIAL AO MOVIMENTO PELA REFORMA PSIQUIÁTRICA: A LUTA ANTIMANICOMIAL NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS 43**
   1. A NOVA CONSTITUIÇÃO E O NOVO MODELO DE HOSPITAL PSIQUIÁTRICO
   2. A NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A LUTA ANTIMANICOMIAL CONTINUA 49
4. **CONCLUSÃO 53**
5. **REFERÊNCIAS 56**

**INTRODUÇÃO**

O meio social, é um espaço que pode gerar muitos estudos diversos, onde muitos antropólogos e historiadores sempre buscam compreender algo ou conhecer alguma cultura nova. Com isso apoiado nos estudos do filosofo francês Michel Foucault sobre as questões sociais, realizou-se um estudo sobre a sociedade como uma máquina, controlada e padronizada. A pesquisa foi baseada, principalmente com nos livros “Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão” (2014) e “Sociedade Punitiva” (2015); mas também no pensamento de outros pesquisadores, como o Achille Mbembe com sua obra “Necropolitica” (2022) e por fim o livro “O Holocausto Brasileiro: 60 mil mortos” (2014) da jornalista Daniela Arbex. Através destas obras acima, definiu-se como ponto principal de reconhecer como a sociedade se submete aos novos padrões e políticas de influencias para o controle e arianisação[[1]](#footnote-1).

A seleção de fontes orientou-se de forma mais geral pela seguinte pergunta: porque a sociedade se auto submete as doutrinações e políticas de repressão e perseguição por influência da Hegemonia do Estado?

A escolha deste tema veio por volta de quando estava no 3º período e 6º modulo, em que exigiu-se, para complementação da nota de N2, fosse feita uma produção autoral sobre alguns pesquisadores selecionados pelo docente Leandro Martins, no desenvolvimento da matéria: HIS1022 - Prod. do Pensamento Histórico, do Humanismo à Escola Metódica. Escolhi o Michel Foucault, pois a área de pesquisa dele era, à época contrária do meu interesse, pois, sempre gostei muito de mitologias e não era muito afeito aos temas que tratassem de política. De começo foi definida uma pesquisa com foco em Foucault, que abordasse a sociedade de controle; produzi uma pesquisa sobre a sociedade de controle, mas com o foco em industrias e meios de padronização do ser, com o foco na sociedade atual do século XXI. Já no 6º período, 7º modulo, o mesmo docente, mas, com outra matéria a HIS1032 – história das ideias, das artes e da ciência; pediu para que produzisse um seminário sobre o Holocausto Brasileiro em Barbacena; isso me despertou muito interesse em pesquisar mais e complementar o meu tema sobre Michel Foucault e a sociedade punitiva, só que desta vez com o foco na sociedade do final do final do século XX, no período pós guerras.

Foi assim que uma área contraria ao meu interesse, conseguiu me despertar a curiosidade de pesquisar mais sobre política e doutrinações. Escolhi esse tema, baseado nos discursos que a sociedade mais conservadora, especialmente alguns de extrema direita implica como ofensa a quem é de esquerda, dizendo que os políticos e seus apoiadores de esquerda são doutrinadores. Então meu tema é mais centrado nestas questões de doutrina, vigilância e punição, mas em recorte histórico do período de 1960 a meados do final dos anos 2000, em Barbacena, Minas Gerais.

O caminhar da pesquisa foi uma análise aprofundada de obras, na busca citadas do entendimento do porque a sociedade se submente as políticas de doutrinação e segregação tão facilmente, onde os poucos que pensam o contrário, são perseguidos, exilados e até mesmo assassinados. O Hospital Colônia fica localizado no centro da cidade de Barbacena, em Minas Gerias, onde milhares de pessoas perderam sua vida e sua história dentro de seus muros, perante as diversas torturas e supostos tratamento aplicados aos pacientes com intuito de tratar das diversas enfermidades presentes. A instituição foi criada no começo do século XX, com uma casa de repousos, mas como o tempo o hospital tornou-se um manicômio e com o Golpe Civil Militar de 1964, passou a ser considerado um modelo de hospital jurídico, onde muito internados eram considerados inimigos do Estado.

Abordando com ênfase no pensamento de Mbembe e Foucault, com os mecanismos da necropolitica[[2]](#footnote-2) e biopolítica[[3]](#footnote-3), entende-se como os dois métodos controlam e determinam o tempo e qualidade de vida de cada indivíduo na sociedade.

Neste processo de análise, trabalhou-se também com fontes complementares para elaboração metodológica para responder a problemática apresentada no primeiro capítulo da pesquisa sobre a sociedade de controle. Assim, analisamos artigos e fontes que trabalham estes temas pressupostos para delimitar o caminho da pesquisa, com foco para elaboração em ordem cronológica dos temas propostos.

Por fim, o foco final desta pesquisa foi entender os feitos da sociedade punitiva, enfocando em como o meio sociopolítico influencia diretamente na elaboração destas doutrinas; enfatizado o movimento segregacionista que constituiu e colaborou para a construção dos hospitais psiquiátricos no Brasil, mas em especial o de Barbacena em Minas Gerais; finalizando, apresentou-se problematizando, o movimento antimanicomial que foi instaurado no final da década de 80.

Contendo como linha de pesquisa referente em História do Brasil Recente, tem-se como perspectiva o estudo e compreensão do que estava ocorrendo no Brasil no período de 1960 até o início do século XXI, no que se refere ao papel punitivo do Estado. Conhecendo a implementação da biopolítica via hegemonia do Estado, sobre os indivíduos daquele período, sem a distinção de classe, raça, sexualidade ou partidarismo político.

Para compreensão mais aprofundada no tema proposto, com embasamento teórico já supracitados, primeiramente deve-se compreender como a utilização de cada obra torna-se fundamental para a esquematização da produção desta pesquisa. Um apontamento sobre a seleção das fontes e das bibliografias selecionadas contendo como em Vigiar e Punir onde, o livro faz uma recuperação histórica das prisões e do código penal, contendo uma linguagem mais cientifica, repleta de citações e apresentações de normas de códigos penais anteriores. Com esse livro conseguiu-se fundamentar ideias que favoreceram a produção da monografia, em especial no 1º capitulo.

Neste capítulo abordou-se a sociedade como instituição de punição e controle segundo o viés de Foucault, mas, focando na sociedade do final do século XX, expondo como a mesma aos poucos foi se auto disciplinando para alcançar alguns padrões físicos e cognitivos ao mesmo modelo de arianisação Alemã, durante o período Nazista. Segundo Marc Bloch (1993, p. 103):

[...] a maioria dos cérebros o mundo circundante só acha medíocres aparelhos gravadores. Acrescentem que sendo os testemunhos apenas a expressão de lembranças, os erros primordiais da percepção arriscam-se sempre a complicarem-se graças a erros de memória, dessa fluida “fecunda” memória já denunciada por um de nossos velhos juristas. (BLOCH, 1993, P. 103)

Enfatizando que alguns dos atos que um indivíduo são apenas de repetições que o mesmo presenciou ou aprendeu em alguma parte de sua vida, e com essas repetições que infelizmente fundam-se os preconceitos como o racismo, xenofobia, homofobia, dentre outros. Também abordamos fato dos corpos doceis[[4]](#footnote-4), de como o ser humano é facilmente manipulado, controlado e influenciado a fazer e realizar atitudes doutrinarias apenas para se “encaixar” em algum determinado local, como o ambiente de trabalho.

Para que todos estes procedimento de controle e punição tornem-se efetivos no ambiente social, devemos compreender o que é o panóptico[[5]](#footnote-5) e como através dele o Estado fortifica suas políticas de controle e a sua Hegemonia sobre tudo e todos; e através destas políticas e da hegemonia, conhecemos melhor o que é o sentido de barbárie e como isso influenciou no Brasil, no final da década de 1960, como o crescimento exponencial do movimento manicomial que deu origem a diversos hospitais psiquiátricos e principalmente o Hospital Colônia, na cidade de Barbacena, em Minas Gerais. Neste primeiro capitulo, focamos nas obras e na história de Michel Foucault, buscando compreender os atos da sociedade punitiva os métodos de controle e a doutrina por parte de políticas públicas.

Neste estudo utiliza-se os conceitos de sociedade punitiva e corpos doces, proposto por Foucault em algumas de suas obras, na compreensão da problemática do porque a sociedade se submete a estes padrões imposto pela hegemonia do Estado. E estabeleceu-se com o recorte temporal de 1960 ao início do século XX no Brasil. Neste período em Barbacena, Minas Gerais, centenas de pessoas foram mortas dentro de uma instituição medica de tratamento psicológico.

Já, para a compreensão de Mbembe onde a obra aborda bem o poder soberano que o Estado exerce sobre a vida dos indivíduos onde o autor o tempo todo chama a atenção através de exemplo da supremacia do Estado e o domínio que o mesmo exerce sobre a vida de cada pessoa. Deixa evidente também a seleção realizada pelo Estado sobre o que deve ou não viver, deixando razoavelmente estáveis apenas aqueles que de algum modo possam gerar algum lucro para o Estado e Com essa obra de Mbembe, contribuiu muito tanto para a elaboração do capitulo I e II da pesquisa.

O “Holocausto Brasileiro” ocorrido na cidade de Barbacena, no Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1960 até meados do início do século XXI é resultado desse processo repressor implantado por diversas políticas de padronização e segregação social. “O Holocausto Brasileiro: 60 mil mortos”; escrito por Arbex (2013) a partir de relatos, fontes e documento da época, de pessoas que sobreviveram a barbárie aplicada na instituição aos pacientes, retratou também o que foi o movimento antimanicomial e as leis de repudio aos manicômios e, através dele que foi possível a extinção dos manicômios possibilitando a criação planejada dos novos centros de atenção psicológica – CAPS, que surgiram como um novo modo de reconhecer, diagnosticar e aplicar um tratamento correto aos doentes**.**

No segundo capitulo, aborda-se o movimento manicomial no Brasil, com pequeno histórico e focado na historiografia do Hospital Colônia em Barbacena, Minas Gerais. Nessa instituição foram mortos mais de 60 mil pacientes (Arbex, 2013), o que para alguns era o sinal da pura barbárie no Brasil. O ponto principal nesta parte é analisar como o contexto sociopolítico brasileiro da segunda metade do século XX, e como isso favoreceu para o crescimento expansivo do movimento manicomial, possibilitando que dentro destas instituições se desenvolvessem diversos modos de barbárie e torturas, tanto psicológicas e físicas aos internos destes hospitais. Nesta parte o apoio principal foi o livro escrito por Daniela Arbex, O Holocausto Brasileiro: 60 mil Mortos.

Nesta produção Arbex apresenta a história completa do hospital Colônia, em Barbacena colocando em alta também o pensamento de Michel Foucault em sua visita ao Hospital e as suas obras que abordam a história da loucura e da sociedade punitiva.

O fato é que, muitos dos pacientes internados não tinham nenhuma patologia ou deficiência, eram internados apenas pelo fato de serem diferente os que tinham “esquisitices”, como o Menino das Moscas[[6]](#footnote-6). Destro deste aspecto, também abordamos o surgimento e significado da expressão popular, o “Trem de Doido” que teve origens na locomotiva ferroviária que cruzava o país de norte a sul sendo, sua parada final no Hospital Colônia, em Barbacena, trazendo sempre centenas de pessoas para serem internadas e catalogadas pelos funcionários do hospital.

O movimento manicomial possibilitou a instauração de diversas instituições de tratamento psicológico pelo país, alguns eram hospitais de condenados juridicamente outros, como o de Barbacena, foram criados para tratar algumas patologias psicológica e motoras dos pacienteis.

No terceiro capítulo aborda-se o que foi o movimento antimanicomial e analisa-se como o mesmo possibilitou a implantação de leis que repudiassem e extinguissem os manicômios que existiam no Brasil, possibilitando a criação e implementação de novos centros de tratamentos psicológicos. Trazendo como o problema central como o governo brasileiro implementou leis de repudio e extinção aos manicômios após a década de 1980, mas que foi efetivada apenas em 2001 no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, possibilitando a criação de novos centros de tratamento psicológico com os Centros de Atenção Psicossocial, o CAPS. Considerou-se importante compreender como o governo brasileiro tratou as questões manicomiais do final da década de 1979 até a aprovação da lei em 2001, trazendo o aspecto da invisibilidade histórica deste período reforçando a hegemonia do Estado e a (necro) biopolítica que era exercida principalmente, por causa do caminhar do fim do período ditatorial o Brasil que o ocorreu em 1986.

Para enriquecimento destes aspectos, tornou-se necessário compreender e conhecer a síntese do que é a biopolítica[[7]](#footnote-7), termo muito trabalhado por Foucault em sua obra, “Sociedade Punitiva”; que trata sobre a Hegemonia do Estado e como o mesmo escolhia qual indivíduo era mais ou menos eficiente para o Estado. Por fim, a compreensão do que é Necropolitica[[8]](#footnote-8), cunhado por Mbembe, que traz a compreensão do real poder Hegemônico do Estado, sobre cada indivíduo, ou seja, se o mesmo merece ou não viver ou ter todos os seus direitos de cidadania revogados ao ponto de o mesmo ficar à mercê do Estado.

1. **MICHEL FOUCAULT: VIGILÂNCIA, SOCIEDADE, PUNIÇÃO E PODER**

Michel Foucault, nascido em Poitiers, 1926, faleceu em Paris, em 25 de junho de 1984 aos 57 anos. Formado em filosofia e Psicopatologia., foi um filosofo francês que diversos trabalhos seus permearão em outras áreas além a filosofia, como na história, biologia, física, sociologia, dentre outras. Mas, em toda sua carreira, um dos seus focos de estudo era a compreensão de como o Estado tem poder soberano na vida de todos e como insere a biopolítica[[9]](#footnote-9) e necropolitica[[10]](#footnote-10) para separa a mesma, apenas para demonstrar a soberania e Hegemonia do Estado sobre a sociedade.

Foucault, através destes pontos dedica sua vida a produção de obras, teses e palestras que tratam destes pontos de dominação pelo Estado, onde podemos perceber no livro “Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão”, em que ele apresenta a evolução do código penal, das condenações resultante dos crimes e o julgamento realizado pelo Estado, compreendendo também a “facilidade” que o Estado, através das leis “doutrinarias” implementa novas normas para o controle social, o que Foucault chame de “corpos doceis”.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrilha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também, igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo. Ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que faça, o que se quiser, mas que para operem como se quer, com as técnicas segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpo “dóceis.” (Foucault, 2014, P.135)

Ao longo da história, a disciplina e doutrinas, foram implementadas em função de que, a sociedade se encaixasse a diversos padrões corpóreos e cognitivos que favorecessem ao desenvolvimento socioeconômico do Estado, gerando lucro para o mesmo. Neste modelo, Michel Foucault detalha bem este métodos que “a exclusão seria o efeito representativo geral de várias estratégias e táticas de poder” (Foucault, 2015, P. 05) que foram implantados na sociedade com o foco de apenas enriquecer o Estado. Para isso deveriam participar apenas os membros considerados perfeitos, e aqueles que não se encaixavam nestas disciplinas eram encaminhados para campos de concentrações, exilados, exterminado ou mandados prisões e manicômios.

Para alcançar esse padrões, diversos padrões hegemônicos foram implementados na sociedade, doutrinas que tem como forma de atuação padronizar em larga escala os indivíduos da sociedade, para que estes alcancem padrões imposto pelo Estado para gerar mais trabalhadores e geradores de lucros positivos, com baixas despesas para o mesmo visto que “a disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos e de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termo de obediência)” (Foucault, 2015 P. 135-136). Por isso, o Estado sempre busca implementar novas regras, concomitando em novas políticas, que façam os membros da sociedade aderirem inconscientemente a estas novas normas exigidas pelas instituições estatais e pelo próprio Estado.

As instituições de controle são algo que vem caminhando junto com o desenvolvimento humano, pois elas ajudam a educar e ensinar os homens ao modo correto de como se comportar dentro do âmbito social público ou privado. Um exemplo disso são as próprias escolas, que dentro dela os alunos se tornam reféns de um sistema, controlado e vigiado, para proteção da instituição e dos próprios alunos

Os meios de controle do homem são algo muito estudado pela antropologia, pois, assim como Maquiavel dizia em toda sua obra “O Príncipe”, que para controlar o homem ao modo que ele se torne vital para o estado, deveria ensiná-lo, ou seja, Maquiavel já incentivava o uso do medo para doutrinar o homem, tornando-o mais útil para o Estado, “se trata de uma história das práticas de confinamento que não se limita a seus efeitos no interior de determinadas instituições, mas sim que busca acompanhar efeitos práticos e simbólicos mais amplos da exclusão na sociedade” (Lemos, F. C. S., Cardoso Junior, H. R., & Alvarez, M. C., 2013, P. 104).

As instituições de controle estão cada vez mais cercando a vida privada dos homens. Controlando e “moldando” o homem para torná-lo produtivo para as instituições estatais, este controle é feito de modo direto e indireto sobre cada um; assim como supracitado, como no mercado de trabalho e a própria sociedade. Mas, como a própria sociedade é capaz disto? A sociedade que já adaptou-se obedecer a algumas normas e padrões por questão de organização e instituição de direitos e deveres, mas, apesar disso ainda se tem o intuito de taxar que o diferente está errado, ou seja, tudo aquilo que foge do conceito de “normalidade” implicado pelos mesmos, que foi padronizada ao longo do tempo. Com estes atos a sociedade vai adotando diversos preconceitos para tentar “consertar” ou diminuir um indivíduo, para que o mesmo se adeque ao “padrão” da sociedade. Estes atos a própria sociedade tornam-se também uma instituição para o controle do homem.

Essas instituições são espaços disciplinares, pois uma das características básicas da tecnologia disciplinar é que ela tem como condição, para moldar certa multiplicidade de corpos de acordo com uma determinada função, que a multiplicidade de corpos seja restrita e que o espaço seja limitado, não muito extenso. (Lemos, F. C. S., Cardoso Junior, H. R., & Alvarez, M. C. 2013, P, 105)

Marc Bloch (1993, p. 103) já dizia: “a verdade é que na maioria dos cérebros o mundo circundante só acha medíocres aparelhos gravadores [...]”, neste trecho podemos reforçar o fato de que apenas estamos repetindo os mesmos atos uns com os outros. Inconscientemente, o próprio homem está sempre buscando métodos de controlar os outros dentro do ambiente social, apenas buscando que aquele individuo se adeque de qualquer maneira. Com estas intervenções na vida privada de cada um, fundam-se os preconceitos como: racismo, homofobia, xenofobia, dentre outros. “O uso da noção de repressão como carro-chefe da crítica política fica viciado, prejudicado de antemão pela referência - jurídica e disciplinar - à soberania e à normalização” (Foucault, 1979, p. 191. Apud Lemos, F. C. S., Cardoso Junior, H. R., & Alvarez, M. C. 2013), a repressão torna-se infelizmente uma parte concreta da sociedade, pois, tanto por questões políticas onde a sociedade não aceita algumas leis ou implementações jurídicas, mas também como modo de repressão a ela mesma, movida aos preconceitos.

Na atualidade, a sociedade se auto padronizou com diversos estereótipos estético, sociais, éticos e fisiológicos. Aos poucos ela está se padronizando, aqueles que não padronizam juntos são excluídos e passam a sofrer diversas repressões pelos mesmos. Foucault (1979, p. 148, Apud Lemos, F. C. S., Cardoso Junior, H. R., & Alvarez, M. C. 2013) diz:

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. O poder, longe de impedir o saber, o produz.

Deixando claro que, aos poucos a sociedade foi tomando e reivindicando o poder para controlar os seus próprios membros. Mas nesta tomada de poder para se auto padronizar e taxar seus padrões, a sociedade entra em conflito com as instituições vigentes que já implementavam este papel.

Michael Foucault em sua obra “Vigiar e Punir”, trabalha o fato destas instituições de poder e como elas interferem na vida privada de membro da sociedade. Nesta obra ele trabalha referencialmente como as prisões e ao método de condenação foram modificando ao longo do tempo, apenas para melhorar os métodos aplicados para controlar e delimitar os condenados, mas também como método involuntariamente de conscientizar a sociedade a fazer o “correto” e nada mais, ou seja, aqueles que fugisse dos padrões de segurança ou desobedecessem às normas impostas pelo Estado, deveriam ser condenados à prisão, manicômios ou a morte. Com isso a sociedade for adotando estes mesmo atos impostos pelo Estado, onde tudo aquilo que fugisse da padronização, das leis de segurança ou qualquer ato diferente, deveriam passar por uma segregação até efetivar sua prisão ou afastamento do âmbito social público.

Duas imagens, portanto, da disciplina. Num extremo, a disciplina-bloco, a instituição fechada, estabelecida à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, com o panoptismo, temos a disciplina-mecanismo: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir. O movimento que vai de um projeto ao outro, de um esquema da disciplina de exceção progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar grosso modo a sociedade disciplinar. (Foucault, 1999, p. 173. Apud Lemos, F. C. S., Cardoso Junior, H. R., & Alvarez, M. C., P.106, 2013)

Portanto, a sociedade tenta se “autodisciplinar”, buscando que todos os seus membros se encaixem abruptamente aos seus padrões impostos por ela mesma. Assim como já supracitado, apenas foi adotando estes estigmas por causa da pressão direta das próprias instituições de controle e pelo Estado, criando-se assim um ciclo de repressão e de taxas, os indivíduos para que se adequem a algumas medidas impostas, disciplinando o próprio homem a se adaptar a algo. “A disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, ... uma tecnologia” (Foucault, 1999, p. 177. Apud. Lemos, F. C. S., Cardoso Junior, H. R., & Alvarez, M. C. 2013), assim como o próprio Foucault implementou; a disciplina se torna um poder, e este poder nas mãos erradas, torna-se perigoso.

Simplesmente pelo fato de que essa taxa e doutrinações, torna-se fundamental para a proliferação da necropolitica, ou seja, o Estado não se importa como cada membro da sociedade está de saúde física ou mental, servindo apenas para a geração de riquezas, fazendo a elevação da economia. Ao conceito de biopolítica também se equivale neste processo, pois, ao mesmo tempo que o Estado pratica a necropolitica, ele implementa a biopolítica, controlando a vida privada, intervindo indiretamente em seus indivíduos. Foucault trabalha muito este fato da biopolítica, nos deixando claro o real poder do Estado, já Mbembe (2003, p.41) diz que “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, e quem é “descartável” e que não é”, fazendo referência a seleção de corpos que o Estado vai criando e implantando no meio social para distinguir quem é “receita”[[11]](#footnote-11) e quem é “despesas”[[12]](#footnote-12) para o mesmo.

O Estado, “molda” uma parcela da sociedade ao modo como deve-se todos praticarem para se encaixarem ao mercado ou ao ambiente social. Modelação, essa fundadas com preconceitos diversos, que não afetariam apenas um indivíduo, mas sim todos. Estes preconceitos fundavam-se desde ao tom de pele, a sexualidade, vestimentas, nacionalidade ou apenas ao fato de ser do sexo feminino. Foucault (1998) afirma em sua obra, que estas repressões com base na sexualidade vêm-se como estratégia de implementar a biopolítica no Estado.

Essa repressão que se pode ainda fazer coexistir, discretamente, o que o medo do ridículo ou o amargor da história impedem a maioria dentre nós de vincular: revolução e felicidade; ou, então, revolução e um outro corpo, mais novo, mais belo; ou, ainda, revolução e prazer. Falar contra os poderes, dizer a verdade e prometer o gozo; vincular a iluminação, a liberação e a multiplicação de volúpias; empregar um discurso onde confluem o ardor do saber, a vontade de mudar a lei e o esperado jardim das delícias – eis o que, sem dúvida, sustenta em nós a obstinação em falar do sexo em termos de repressão; eis também, o que explica, talvez, o valor mercantil que se atribui não somente a tudo o que dela se diz como, também, ao simples fato de dar atenção àqueles que querem suprimir seus efeitos. (Foucault, 1988, Apud, Lemos, 2013, 13)

Weber (1997. Apud, Vieira) afirma que o poder é a possibilidade de um homem ou uma certa quantidade de homens realizar sua própria vontade em uma ação comum, até mesmo contra a resistência de outros que participem desta ação.

Desde que não se tirem os bens e a honra, vivem eles satisfeitos e só se deverá combater a ambição de poucos, a qual se pode sofrear de muitos modos e com facilidade. Torna-o, desprezível o ser considerado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime e irresoluto. E essas são coisas que devem ser evitadas pelo Príncipe como navegante evita um rochedo. Deve ele procurar que em suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza. Quanto às ações irrevogável, conduzindo-se de tal forma que a ninguém passe pela mente engana-lo ou fazê-lo mudar de ideia. (Bloch, 1949, p. 103)

O Estado cria leis, normas e ementas, para a implementação de métodos, metodologias e instituições físicas para controlar a vida privada de todos os membros da sociedade sem exclusão. Mas, essas implementações do Estado não trabalham sozinhas para gerar o controle sobre todos, a própria sociedade tem papel fundamental neste processo, pois ela adere estes métodos instituídos pelas instituições – como a escola, o mercado, a política, as prisões etc. –, carregando esses estigmas impostos, ela mesma começa se padroniza e se dividi. Padronização essa que é carregada de diversos preconceitos a sociedade aos poucos vai se dividindo ao mesmo modelo de um apartheid, onde aqueles que não aderem aos critérios da padronização são reprimidos, excluídos ou mortos. A busca por uma perfeição utópica da sociedade, em um modo de se auto padronizar para se adequarem as normas de controle impostas a ela, pode ser o mesmo motivo de seu declínio, pois, a perfeição é algo que não é possível se ter, nem a conquistar; o âmbito social é composto por diferenças e estas mesmas diferenças que formam a sociedade, mas para se adequarem as instituições, as diferenças são taxadas de erros.

Durante o período do final da década de 1960 até meados do início da década de 1980, no Brasil, estava ocorrendo a Ditadura Civil-Militar[[13]](#footnote-13), o que possibilitou a criação de diversas instituições normativas de repressão e hospitalares, de “apoio” a patologias cognitivas. Neste período também ocorre a implantação da A.I. nº5[[14]](#footnote-14), o que possibilitava o Estado intervir na vida privada da sociedade, possibilitando as diversas segregações, censuras e torturas. Com isso, fortemente no Brasil após os anos de 1968 o movimento separatista e de influencias estrangeiras tomou extrema força em todo o território, onde também ficou como slogan, a frase: “Brasil, ame-o ou deixe-o”[[15]](#footnote-15). Os movimentos separatistas instaurados no país acarretaram o surgimento de diversas instituições censuras com o DOPS e o DOI, em todo o território nacional, também durante esse período alguns hospitais psiquiátricos foram implantados como modo de controle, onde muitos destes hospitais, como o caso do Hospital Colônia já existiam desde o início do século XX.

Para Foucault (2015, p.5) “a exclusão seria o efeito representativo geral de várias estratégias e táticas de poder”, ao olhar de Foucault, a exclusão é uma tática de uso do poder de repressão que efetiva a dominação do Estado sobre os seus próprios membros, como método de controlar e delimitar o quão efetivo economicamente cada um pode ser, mas deixando ser ele mesmo com um ser individualizado. Já Mbembe (2015, p. 27), define que estas exclusões funcionam ao mesmo modelo de uma escravidão, onde o que é escravizado perde seus direitos principais como: o lar, os direitos políticos e os direitos de seu corpo. Então o indivíduo se torna substituível ao viés do Estado praticante da biopolítica? Em suma, sim, o indivíduo participante do Estado é substituível, como o próprio Foucault (2015, p. 25) diz:

(...) de certo modo, são substituíveis uns pelos outros, e por isso buscam substitui-se daquilo que o primeiro deseja. Essa substitutibilidade dos homens entre si, essa convergência do desejo vão caracterizar essa rivalidade ordinária. Ainda que essa rivalidade não entrasse em jogo, ainda que houvesse coisas suficientes no mundo para satisfazer cada um, ainda que alguém se apoderasse antecipadamente de alguma coisa, nunca há certeza de que outro não venha substitui-lo (...)

Através das substituições constantes que ocorrem na sociedade, de modo que o indivíduo torna-se descartável, surge- aquilo que Foucault denominará de “Corpos Doceis”; através deste aspecto enfatizando e demonstrando como a biopolítica está no cotidiano social descaradamente, mas de modo que a sociedade não consiga enxerga-la e compreende-la.

E a bio/necropolítica está mais presente na sociedade brasileira a partir do século XX, onde foi possível reconhecer o advento das maquinas nas fabricas, o modelo fordista de produção e a exclusão humana de determinados ambientes sociais e mercantil, como veremos a seguir.

* 1. **Maquinas ou corpos doceis?**

Em Vigiar e Punir (2014), Michel Foucault apresenta o termo “corpos doceis”, que ao longo do capitulo ele esquematiza o significado de ser um corpo dócil através da influência direta e indireta do Estado e da própria sociedade. Mas então vem o questionamento, o que é um corpo dócil e como reconhece-lo? Foucault nos responde este questionamento evidenciando primeiro o que o corpo significa

Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ao cujas forças multiplicam. O grande livro do homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafisico, [...]; o outro técnico-político constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controla ou corrigir as operações do corpo. (Foucault, 2014, P.134)

Entendendo-se a fragilidade e facilidade de controlar e delimitar os atos do corpo, para implanta-lo ou implementa-lo em algum determinado cargo ou localidade, ao mesmo tempo que o corpo deve ser constituído por normas e trejeitos delimitados, ele deve ser dócil e educado. Para Foucault

[...] é o momento em que nasceu uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar suas sujeições, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos e de seus comportamentos. (Foucault, 2014 P. 135)

Essa arte do corpo humano que Foucault determina, é os corpos doceis, que em sínteses é o ato de se controlar e manipular um ser humano de um *modus operandi[[16]](#footnote-16)*, onde o mesmo estará apenas refazendo seus passos cotidianamente até o dia de sua morte, que segundo Mbembe (p.27, 2018), tem com resolução, “de fato a condição de escravo resulta em uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de seus direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político”. Para confirmar a soberania do Estado, o mesmo, implementa na sociedade o movimento segregacionista da exclusão, onde segundo Foucault (p. 05, 2015): “a exclusão seria o efeito representativo geral de várias estratégias e tática de poder, que a própria noção de exclusão não pode atingir por si só”. Essa condição de controle favorece a pujança hegemônica do Estado sobre os corpos.

Foucault implode o foco estatal do poder, delimitando que o estudo histórico (genealógico) deve abarcar as práticas e não as instituições fechadas em seus próprios campos. Nas práticas é que podem ser desvendadas resistências, rupturas, e permanências na relação de poder. Foucault ilumina emergência, essa farsa através da utilização do conceito de emergência, se opondo a uma sacralização da origem pessoalista ou puramente institucional. A emergência das penas de prisão designou nada mais do que outra forma de tensão de forças que atravessa o Estado. Com essa passagem foi inaugurada uma nova forma de docilizar os corpos, de vigiá-los, adestrá-los: é uma sofisticação da violência que passa a jogo fazer parte de um de estratégias com novos vetores. (ANDREATTA, P. 13, 2022)

Entramos em dicotomia com o termo máquina, que para o meio industrial, as maquina são aquelas ferramentas pré-programas para realizar diversas ou apenas uma função no meio de trabalho; favorecendo ao modelo fordista da indústria ou mercado de trabalho. Deste mesmo os modos de implantação de políticas de controle baseadas no modelo de biopolítica colocado por Foucault, percebemos uma autoprogramação do corpo humano.

Aos que não conseguiram adaptar-se as novas medidas, reconhecendo o que a biopolítica acomete em seu cotidiano, de modo vulgar é considerado obsoleto, ou seja, não é capaz mais de determinar alguma função para o mercado ou para a sociedade.

A obsolescência humana torna-se de fato algo crítico para enfatizar o poder hegemônico do Estado, principalmente para o mercado. No meio mercantil, ser obsoleto tem a mesma etimologia de descarte e despesas para um indivíduo, como por exemplo: uma geladeira de modelo X, que consome muita energia, mas sua capacidade de refrigeração não é mais satisfatória e no mercado constantemente são anunciados novos modelos, que são mais econômico e refrigeram mais os alimentos; então como solução de melhor custo benefício é troca-la por um modelo mais novo. Compreendendo-se este exemplo como a atualidade na sociedade onde o ser humano, por apresentar alguma patologia ou algum déficit motor/cognitivo, é rapidamente substituído por outra pessoa, que é capaz de fazer a mesma função ou até mais.

Por trabalho os homens são ricos em rebanhos e recursos 309

E, trabalhando, muito mais caros serão aos imortais

O trabalho, desonra nenhuma, o ócio desonra pé! 311

Se trabalhares para ti, logo te invejará o invejoso

Porque prósperas; à riqueza gloria e mérito acompanham

Por condições és de tal forma que trabalhar é melhor,

Dos bens de outrem desvia teu ânimo leviano e, 315

Com trabalho, cuidando do teu sustento, como te exorto. (Hesíodo, 2019, P. 40-41)

Assim como os diálogos de Hesíodo (750-650 a. C.) sobre a dignidade sobre aquele que trabalha, os diálogos provenientes de trabalhos ainda se mantem em voga, principalmente os de possíveis futuros de solução financeira e aposentadorias e descanso, são umas das bases que refletem ao controle que a sociedade se encontra ao passar dos anos e dos milênios. Discurso este que são passados entre gerações, que se o indivíduo se entregar por completo ao seu trabalho, de modo que não se tenha mais o direito à sua vida privada, se tornando um ser submisso e controlado pelo trabalho, no seu futuro ele terá todos os seus sonhos e metas de vida e conquistas, realizados; assim como supracitado.

Com isso entende-se que as políticas de controle estão presente para comandar e retificar a sociedade, tornando-a um maquinário biológico e complexo e de fácil adaptação as novas políticas de controle que serão implantadas posteriormente. Questionando ao que foi colocado por Foucault, sobre os corpos doceis, podemos compreender que a automatização do homem tem origem através dos corpos doceis complementado pela biopolítica praticada pelo Estado.

A sociedade também tem papel importante nessas modificações e permissão na disciplinação advinda de grandes nomes das indústrias e do próprio Estado, pois, segundo Souza e Barros (2015), em um discurso sobre a modernidade tardia e modernização reflexiva

são tentativas de construção de uma teoria da sociedade que seja também um diagnóstico de nosso tempo. **Um diagnostico problemático em que os avanços tecnológicos são acompanhados de ameaças à subjetividade, à liberdade e à criatividade. A incerteza teórica da modernidade tardia corresponde, sem dúvida à incerteza prática de nossas sociedades que estão no limiar entre o passado e futuro**. [...] não se trata apenas de mostrar as mudanças sutis introduzidas pela modernidade tardia, mas também de revelar o instrumento analítico que permite seus dilemas e hesitações. Uma das formas de refletir sobre essas transformações é observar mudanças estruturais nos sentidos atribuídos às instituições sociais herdeiras do projeto da modernidade, as quais possuíam arranjos e funções sociais que aparentemente não encontram mais espaços na gestão política atual. (SOUZA, P38, 2015) (Grifo meu)

Estas ameaças que Souza e Barros, relatam sobre ataques a liberdade e a criatividade, remete ao Mbembe (p. 10, 2018) quando diz “o exercício da razão equivale ao exercício da liberdade, um elemento chave para a autonomia individual”, essa autonomia individual um nêmeses para o Estado praticante da biopolítica, que resulta ao romance sobre a soberania exercida por ele na sociedade. Mbembe (2018) também nos apresenta a perspectiva que a soberania consiste na capacidade da sociedade para a auto criação de novos métodos para enrijecimento do Estado.

* 1. **O caminhar para a barbárie**

Compreendendo estes aspectos colocados no tópico anterior, sabemos que o Estado projeta inúmeros métodos através da biopolítica, para controlar a sociedade.

Um dos fatores que reverberam para a afirmação soberana do Estado sobre a sociedade, é a diferença de classes existente, em que questões econômicas estão presente no meio social ao todo, como: a classe alta, geralmente donos de grandes empresas, em que as mesmas empregam centenas à milhares de pessoas, todos gerando lucros e ordem dentro da mesma. A classe média, que são aqueles que estão acima da linha da pobreza, tendo seu sustendo estável, mas dependendo de empregos com carga horaria alta e baixa remuneração pela sua mão de obra. Por fim, a classe baixa, que são aquelas pessoas que estão na linha da pobreza tendo seu sustento minguado e racionado por conta do baixo salário obtido através da sua mão de obra vendida à terceiros, estes são aqueles que mais tem o sonho de mudar de padrão de vida apesar das inúmeras dificuldades presente em seu cotidiano.

Gloria, desconfiança, rivalidade, essas são as três dimensões, inteiramente individuais, que constituem a guerra universal de todos os indivíduos contra todos os indivíduos [...] de certo modo, portanto, a guerra civil é o estado terminal da dissolução do soberano, assim como a guerra de todos contra todos é o estado inicial a partir do qual o soberano pode constituir-se. Enquanto houver um soberano, não haverá guerra de todos contra todos, e a guerra civil só poderá reaparecer ao fim do processo, quando o soberano desaparecer. (FOUCAULT, P. 26-27, 2015)

Assim como Foucault constrói a imagem de um soberano, compreende-se que esse ser soberano que o filosofo apresenta, de fato é o próprio Estado. A imagem de um ser ou status de soberania serve com mecanismo de controle para a sociedade como um todo, tendo como princípio a prevenção de uma guerra civil, ou uma guerra de todos contra todos. Mas, de fato o Estado usa e abusa desse poder soberano principalmente pela prevenção de uma possível guerra contra a sociedade, mas também de modo que o mesmo possa controlar a sociedade através das políticas de controle, sempre apresentando alguma ameaça infundada ao seu modo governar.

Um dos pontos que mais enfatiza a soberania do Estado sobre a sociedade é sobre os diálogos provenientes do mesmo, sempre com o objetivo de prevenir a barbárie. Mas o que é a barbárie e como a mesma pode obstruir e desestabilizar o Estado ou mesmo fortifica-lo?

Primeiro temos que compreender o que é barbárie. Segundo consta no dicionário, barbárie significa o “estado ou condição de bárbaro”[[17]](#footnote-17), ou seja, aquele não tem-se quaisquer sinal de civilidade, e a definição de ser bárbaro é um termo que advém desde o período clássico grego, onde aqueles que não eram de uma determinada polis, eram considerados bárbaros e seus inimigos; mas não entraremos sobre a discussão durante este período, mas sim do final da década de 1960 em diante, sobre os acontecimentos no Brasil. No final da década de 1960, mais em especial em 1964, onde o Brasil passa por um desmonte político através do golpe civil-militar, que perdurou até meados da década de 1980. Durante esse período o meio político e social brasileiro passou por um real modelo de barbárie, através de perseguições, torturas, censuras, apagamento histórico, o desmonte completo da educação superior nas faculdades e ao controle da sociedade através das mídias e de força bruta.

Em síntese, a barbárie é um estado de brutalidade exacerbada ou um Estado com/sem leis, que acomete no meio social com ou sem um determinado ser/status soberano para controlar a sociedade. Neste quesito que entra o papel do Estado, para controlar e disciplinar a sociedade para que a mesma não se submeta a barbárie ou ao anarquismo[[18]](#footnote-18), para que a mesma seja submetida ao poder hegemônico do Estado. Mas, no viés da barbárie que foi instaurada no Brasil em 1964, como veremos mais adiante, foi um modelo de barbárie provocado e instalado pelo próprio Estado, bebendo da fonte do biopoder e necropoder, transformando a sociedade brasileira em seres controlados, para verem apenas alguns acontecimentos desta época.

Este período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), no quesito de barbárie, migrou-se em diversas vertentes de atuação, principalmente no quesito de perseguição daqueles de que algum modo apresentassem alguma ameaça direta ou indireta ao governo, ou seja, aqueles que fossem denunciados como comunistas ou terroristas eram de diversos modos investigados e muitas das vezes torturados e mortos.

Voltando ao questionamento imposto acima, a barbárie tem diversos lados nefastos, mas assim como já supracitado, o ser humano é fácil de ser moldado por uma instituição que lhe indique e imponha o que é correto e errado. Compreendendo isso, a barbárie é um método é uma pratica eficaz através do medo, como Maquiavel (2015), já dizia sobre o medo ser um ótimo mecanismo de controle; através do medo instaurados pelo Estado sobre supostos ataques ao governo, a barbárie torna-se um opositor ao que seria uma sociedade utópica, servindo como um exemplo a não ser seguido. Em resumo, ao modelo de barbárie e anarquia é muito utilizado pelos meios de controle como método de ensinar e controlar, mas como veremos mais adiante, no caso brasileiro, foi um tiro a cegas no escuro, mas que durante o período ditatorial foi um mecanismo biopolítica que ajudou muito para a instauração hegemônica e supremacista do novo modelo de Estado Ditatorial

* 1. **E eclode a barbárie no Brasil: sistema de “apoio” a patologias físicas e cognitivas em Barbacena**

Ocorrido em 01 de abril de 1964, após a tomada do poder do exército militar sobre o ex-presidente da República Joao Goulart[[19]](#footnote-19) (1961-1964), ou popularmente, Jango. O golpe civil-militar no Brasil foi objeto de muitos protestos e não aceitação tanto militar quanto de parte da população sobre o meio político vigente; muitos não concordavam com as atividades presidenciais e nem com as suas propostas de reformas que afetaria a economia, o que gerou o descontentamento da sociedade gerando diversos protestos.

Em síntese, durante o período ditatorial brasileiro, teve-se diversos governos de presidentes não eleitos, mas também de outros atores políticos que o povo ainda tinha o direito de escolha, mas sempre sendo vigiados e em constante ameaça. Durante os mais de 20 anos de processo ditatorial no Brasil, por causa da insatisfação de alguns grupos políticos e da própria sociedade, o governo, para garantir os militares no poder, começou a implementar o Atos Institucionais, tendo o primeiro ato ainda em 1964 constando a alteração da Constituição e a implantação do novo modelo de governo no Brasil. De todas os A.I. colocados em pratica na sociedade, o mais nefasto, e que ficou conhecido como a abertura para os Anos de Chumbo, foi o Ato Institucional de Número 05, que dava a total soberania ao Estado podendo o mesmo intervia na vida privada.

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os. meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964). (BRASIL, R. F. do. Ato Institucional n. 5 (AI-5). Acervo, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 394–402, 2014. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/484. Acesso em: 26 mar. 2024.)

Conhecendo o que foi o AI 5, também devemos considerar os primeiros artigos que compunham a elaboração desta nova medida de intervenção do Estado sobre a sociedade, plena de ameaças constantes e perseguições. Como os que estão presente nos artigos:

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º - **O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores**, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, **poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição**.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o **Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.**[[20]](#footnote-20)(Grifo meu)

Como demonstrado acima, a AI 5, foi um processo de abertura para a barbárie se instaurar no Brasil, pois através da implementação desta normativas, o Estado teria total poder sobre cada um na sociedade ignorando a individualidade e os seus direitos básicos como cidadãos. Através deste processo de barbárie instaurado no Brasil, os mecanismos de perseguição, tortura e supostos campos de concentrações tomaram força por todo território nacional.

Neste período ditatorial, ficaram também conhecidos os Hospitais Psiquiátricos centenas de pessoas eram internadas, diziam, receberem tratamentos diversificados, com o objetivo de tratar alguma doença ou patologia cognitiva. Em síntese essas instituições que detinham como foco principal, o apoio ou centralização dos que eram acometidos de alguma enfermidade psicologia; o golpe civil-militar de 1964, os hospitais psiquiátricos começaram a ganhar forças pois a sociedade controlada através do medo das perseguições do próprio Estado, passou a mandar seus parentes e conhecidos para essas instituições, onde muito deles não tinham nenhuma patologia psicológica. Não somente a sociedade passou a fazer isso, mas o próprio Estado também realizava tal ato, promovendo dialogo de apoio ao golpe e ao ressurgimento do movimento nacionalista brasileiro, como o dialogo mais comum que fora dito durante o período ditatorial: “Brasil, ame ou deixo-o”. Diálogos estes que promoviam a explanação dos nacionalistas e obediência total aos militares.

Em destaque, duas dessas instituições de tratamento foram as mais conhecidas como: o Hospital Colônia, em Barbacena, MG e ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho o HCTPHH, no centro do Rio de Janeiro. Essas instituições ganharam força pelo que estava acontecendo no Brasil naquela época, principalmente pelo discurso nacionalista convenientes para a explanação de uma arianisação brasileira. No caso do HCTPHH, foi uma instituição que a maioria dos internos eram condenados jurídicos, que foram encaminhados para a instituição após julgamento.

O manicômio judiciário foi uma invenção que se apoiou em saberes acerca do crime e da loucura, envolvendo teóricos que embasaram a relação entre a Psiquiatria e as escolas jurídicas. Em síntese, a Escola Clássica do Direito Penal foca o livre arbítrio do homem e a pena figura como reparação do dano social. (Santos, Farias, 2014, P. 518)

Por fim, entramos no que Foucault (2015), chama a atenção que a exclusão é o efeito representativo geral de várias estratégias e táticas de poder. Essas estratégias foram forjadas como uma espada de dois gumes, para apartar a sociedade brasileira em dois lados, os que apoiam e os que não apoiam o método governamental vigente. Esse apartheid que acomete a sociedade, finda-se em ramos de extremismo sócio-político, e estes mesmo que durante o período ditatorial foram considerados anárquicos contra o sistema foram enclausurados nos sistemas de apoio ao tratamento psicológico ou a prisões hospitalares.

**2. O Holocausto Brasileiro em Barbacena, Minas Gerais: Segregação, Tortura, o Estado Hegemônico e as Mulheres como Resistencia**

O movimento de separatista brasileiro daqueles eram considerados doentes ou esquisitos, durante o período de 1960 a 2000, tomou muita força em todo território nacional, o que possibilitou a criação de diversas instituições que ficavam responsáveis por isolar e esconder todas aquelas pessoas que não se adequavam aos modelos exigidos pela sociedade. Estes modelos implicava no que seria uma padronização da sociedade brasileira. Os padrões impostos na sociedade brasileira tinham como fundamento a criação de seres “perfeitos” ou sem nenhuma capacidade cognitiva ou motora, que não gerasse nenhuma despesa para o Estado, reforçando através de ato com a biopolítica controlando e delimitando o que a sociedade deve fazer ou como comportar; e juntamento com a necropolitica para delimitar controle na e limite na vida privada da sociedade.

Neste ponto compreendemos que a influência política tanto interna como externa ao Brasil, favoreceu para a implantação de métodos de tratamentos e apagamento daqueles que não seguissem as normas impostas pelo Estado. Segundo Souza E Medrado (2021, p. 165): lugares nos quais uma política com o corpo do outro podia ser experimentada. No entanto quando o sujeito moderno é vítima dos padrões de sua experiencia colonial que essa representação emerge como a potência que o caráter exemplar tem.

Assim como Souza e Medrado dizem, nos tornamos vítimas dos padrões modernos a partir do momento que demonstramos ter alguma característica que difere do padrão normativo implantado pela sociedade, advinda dos métodos da biopolítica, como trabalhado anteriormente. Para a época pós Guerras Mundiais e caminhando para a Guerra Fria, o Brasil adquiriu alguns padrões de comportamentos mais severos, como resultado do Golpe Civil-Militar de 1964, com a derrubada do Ex Presidente da República Joao Goulart e posteriormente a implantação dos Atos Institucionais.

Neste caso, a história do Hospital Colônia de Barbacena, advém antes do período Civil-Militar, tendo como criação da instituição no final do século XIX, mas, teve seu ápice com as internações constantes após a década de 1930. Segundo Arbex (2013), na instituição que inicialmente tinha espaço para cerca de 200 paciente, chegou a um estado de super lotação em que encontrava-se mais de 5 mil pacientes.

A função do manicômio ou hospital psiquiátrico segundo Foucault (2020, p. 5-6):

O hospital psiquiátrico é realmente o lugar institucional no qual e por meio do qual se dá a expulsão do louco; ao mesmo tempo e pela própria ação dessa expulsão, ele é um núcleo de constituição e reconstrução de uma racionalidade autoritariamente instaurada no âmbito das relações de poder no interior do hospital e que será reabsorvida no exterior do hospital na forma de discurso cientifico, que circulará no exterior como saber sobre a loucura, cuja condição de possibilidade de sua racionalidade precisa é o hospital. No interior do hospital, o louco é o alvo de certa relação de autoridade que se articulará em decisões, ordens, disciplina, etc. Essa relação de autoridade baseia-se em certo poder, que é político em sua trama profunda, mas se justifica também e se articula a partir de algumas condições ditas de racionalidade, e essa relação que se exerce permanentemente sobre o louco dentro do hospital é, pela própria maneira como o discurso e o personagem do médico funcionam na comunidade cientifica e na sociedade reconvertida em elementos de informação racional que serão reintroduzidos nas relações de poder características da sociedade.

Dentro do Hospital Colonias, diversos atos contra os pacientes eram acometidos diariamente, como: torturas físicas, eletrochoques, lobotomia, estrupo, dentre outras. Além, do que cerca de, como diz Arbex (2013) 70% dos pacientes não tinham nenhum diagnostico de doença mental, estavam lá apenas por diferir-se dos padrões da sociedade, tornando o hospital em uma espécie de campo de concentração e apagamento humano. Todas aqueles que tivesse alguma doença cerebral, motora, esquisitice[[21]](#footnote-21) ou que fossem considerados ameaças para o Estado, eram encaminhados aos Hospitais Psiquiátricos, como o Hospital Colônia, em Barbacena, o HCTCHH[[22]](#footnote-22), na cidade do Rio de Janeiro ou os HCTP[[23]](#footnote-23), por todo território nacional, mas, tendo como principal instituição o Hospital Colônia.

A história do Hospital Colônia, na cidade de Barbacena em MG, pode ser considerada como o sinal da mais pura barbárie aplicada em hospitais psiquiátricos brasileiro, pois

nesse hospital morreram cerca de 60 mil pacientes, vítimas de todo tipo de maus-tratos e descasos: exposição ao frio – muitos não dispunham de roupas, quartos, camas ou lençóis para dormir, permaneciam ao relento, mesmo durante a noite; alimentação racionada – alguns comiam ratos e bebiam do esgoto que cortava os pavilhões; espanca­mentos e estupros; ‘tratamentos’ violentos, à base de eletrochoque – às vezes, com carga elétrica tão forte, que derrubava a energia da cidade (Souza & Medradro, 2021, P. 165)

A jornalista Daniela Arbex (2013), cria uma obra inteira dedicada aos acontecimentos dentro do Hospital, traçando toda uma linha temporal desde o começo da criação da instituição, até o fechamento da mesma como hospital psiquiátrico depois da instauração da Lei Federal nº 10.216 de 2001, que repudiava os hospitais psiquiátricos. Na introdução do livro já fica bem evidente todo o processo histórico da instituição apresentando uma abordagem direta e simples de fácil compreensão do que foi o hospital colônia, seus acontecimentos e as barbáries que aconteceram dentre os anos de 1960 até meados do ano 2000, onde Arbex vai demostrando os relatos de antigos funcionários, paciente e jornalistas que estiveram dentro do hospital.

Cronologicamente apresentando diversos dados, estatísticas e relatos sobre a instituição, possibilitando a compreensão das barbáries que ocorreram, as questões de higiene, saúde e alimentação dos pacientes internados. As diversas visitas de jornalistas, professores dentre outros, não conseguiu que o fechamento ou a melhora da instituição, na verdade, pelo processo político que o Brasil estava naquele momento, durante a implementação da ditadura e do A.I. 5[[24]](#footnote-24), que possibilitou a censura de dados e a intervenção do estado sobre a vida dos brasileiros. Durante este período, popularizou-se a implementação de uma superioridade, de alguns setores descontentes, num processo de segregação que foi implementado na Alemanha durante o período entre guerras até o final da Segunda Guerra Mundial, solidificando ali a “arianisação”. Mas no Brasil não se tinha um critério específico para segregar. Eram considerados loucos ou esquisitos todos aqueles que não obedeciam as leis do Estado, sem distinção de raça, etnia ou sexo.

No Brasil, diversos tipos de pessoas foram mandados para estas instituições, muitos sem ter nenhuma condição física, motora ou psicológica; apenas pelo fato de divergir ou censurar a sociedade, fez o número de internos ter um salto enorme, chegando a mais de 70 mil pessoas o que resultou com a explanação do termo ‘indústria da loucura’, durante o período ditatorial no Brasil.

Em Barbacena, segundo alguns pesquisadores, como a jornalista Daniela Arbex, foi considerado o holocausto brasileiro, pois dentro dos muros do hospital foram mortas mais de 70 mil pessoas, de todas as faixas etárias, condições clinicas e pessoas que foram censuras por suas famílias ou pelo Estado.

A instituição ficou conhecida com a indústria da loucura, pois além de triplicar a quantidade de internações a partir do final da década de 1970, o valor pago por cada interno passava a ser maior, gerando muito lucro para o hospital. Lucro este que mesmo sendo absurdo era insuficiente para manter os funcionários e os internos. O hospital passou a implementar diversas estratégias para obtenção de lucros sobre os internos, onde a comida era regulada, praticamente não se tinha separação entre as divergências e especificidades de cada interno, as medicações eram aplicadas com os mesmos kits médicos em todos, sem passar por uma esterilização iônica o com álcool, mas, além disso a estrutura da instituição também era precária, como já foi dito.

Arbex para a construção desta denuncia literária, realizou uma pesquisa de campo visitando constantemente a cidade de Barbacena, mas um dos fatos que mais chamou sua atenção foi a participação das mulheres dentro da instituição como pacientes e funcionárias. Nos primeiros trechos a autora nos apresenta a história da Marlene Laureano, que em 1975, foi contratada para trabalhar no hospital como assistente, mas por causa da alta demanda ela realiza a limpeza, colheita de capim para as camas e sua função de auxiliar.

O descaso com os pacientes é algo que Foucault (2015, p. 6) nos chama atenção ao dizer que:

O paciente aparece dentro do hospital como alvo da relação de poder político, mas então se transforma no objetivo de um saber, se um discurso cientifico num sistema de racionalidade geral, que se torna fortalecido exatamente por isso, já que a racionalidade adquiriu assim o poder de conhecer não só o que ocorre na natureza, no homem, mas também o que ocorre nos loucos. Há aí uma espécie de transferência e de ingestão que leva a pensa naquilo que Lévi-Strauss chama de antropofagia: um processo de ingestão para fortalecimento.

Assim como Foucault nos apresenta que a partir do momento que o hospital ganha um novo paciente, o mesmo para de ser um ser humano consciente e passa a ser um objeto de estudo e experimentos. Mas, ao caso do Hospital Colônia, os pacientes não se tornaram apenas objetos de estudo para lobotomias, torturas, flagelação e humilhação; se tornaram mão de obra barata e eficiente, quando Arbex (2013, P. 44) nos apresenta o relato da moradora:

[...] Alba Watson Renault, comerciante com cinquenta e três anos, passou toda a infância em Barbacena. Não dentro do terreno do hospital [...], mas na rua Henrique Diniz, localizada em frente à ala feminina do Colônia [...] ela também cresceu vendo homens e mulheres vestidos com o famoso azulão – uniforme de brim azul –, trabalhando nas ruas da cidade. Porém, como a maioria Alba presenciou o lado sombrio da história, quando assistiu por anos a fio, aos doentes capinando as ruas do município.

Em síntese, os pacientes do hospital passaram a ser explorados tanto em vida quando em morte. Exploração essa que acometia sobre os pacientes diariamente, sedo obrigados a trabalharem nas plantações dentro do hospital, no sepultamento de alguns internos e na organização da cidade.

Retomando o que Foucault (2014, p. 225-230) nos apresenta sobre a organização hierarquia dentro do hospital:

A prisão: um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgencias, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente. Esse duplo fundamento – jurídico-político por um lado, técnico-disciplinar por outro – fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas. E foi esse duplo funcionamento que lhe deu imediata solidez.

A prisão deve ser um microcosmo de cidade perfeita onde os indivíduos estão isolados em sua existência moral, mas onde sua reunião se efetua num enquadramento hierárquico estrito, sem relacionamento lateral, só se podendo fazer comunicação no sentido vertical.

Assim como Foucault categorizou o modelo hierárquico que acontece dentro das prisões, do mesmo modo acontecia em Barbacena, no Hospital Colônia. Os pacientes do hospital deveriam ter respeito e medo absoluto de todos os funcionários, principalmente dos médicos e enfermeiras, colocando em pratica o modelo de hierarquia dito por Foucault, mas dentro da prisão/hospital, teve outro sentido, pois cerda de 70% do pacientes não possuíam nenhuma deficiência, o que favorecia a impugnação da soberania dos funcionários sobre os pacientes, o que nos retoma a Necropolitica, onde Mbembe (2018, p.41) diz que “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.”

Com os pacientes do hospital era praticada o que Lopes Apud Paterra (2015, p. 3) chama de:

Mistanásia (também chamada de eutanásia social) para referência à morte miserável dos excluídos: “Entre as inúmeras vítimas da mistanásia estão os pobres que, por exclusão social e econômica, não têm acesso ao essencial para a sobrevivência, aos cuidados de saúde, levam vida sofrida e morrem prematuramente

Através dessa morte dos miseráveis, caminhamos para o entendimento do porque o surgimento do “trem de louco”, expressão do escritor Guimarães Rosa, sobre a linha de trem que cortava o país em busca de novos miseráveis, novos doidos ou carne nova para o abate.

**2.1. O Trem de Louco: A Máquina Lucrativa de Ferro**

“A carne mais barata do mercado  
É a carne negra  
(Tá ligado que não é fácil, né, mano?)  
Se liga aí”

(Elza Soares, 2002)

Assim com a cantora Elza Soares (1930-2022), como supracitado sobre o valor da “carne negra”, podendo levar em consideração o valor de que cada interno tinha de despesa e lucro para a instituição hospitalar, onde seus corpos eram comercializados de diversos métodos. Mas, para que esta empreitada de demanda e oferta fosse possível, deveria constantemente ter novos internos, o que resultou no “trem de louco”[[25]](#footnote-25).

A grande maioria dos novos internos eram trazidos pelo “trem de louco”, uma máquina ferroviária que percorria o país buscando os novos possíveis internos para Barbacena. Muitos dos internos eram mulheres que o marido ou o pai mandava para a instituição por algum motivo não clinico, segundo Arbex (2013, p.21):

Os deserdados sociais chegavam a Barbacena de vários cantos do Brasil. Eles abarrotavam os vagões de carga de maneira idêntica aos judeus levados, durante a Segunda Guerra Mundial, para os campos de concentração nazista de Auschwitz. [...] ao receberam o passaporte para o hospital, os passageiros tinham sua humanidade confiscada.

Como a instituição cada dia adquiria mais internos, os pacientes que faleciam dentro da instituição não tinham um enterro digno, Arbex (2013, P. 52) seus corpos eram comercializados com universidade de medicina por todo o país, já os corpos que não fossem comercializados eram dissolvidos em ácidos, para que restasse apenas o esqueleto para a comercialização com as universidades também. Alguns dos internos que advinham de famílias mais afortunadas eram tratados com algumas comodidades melhores do que os que eram pobres ou moradores de rua, onde este desafortunados eram considerados indigentes e carne para o abate para manter a economia e negociação com as universidades.

Através deste processo de apartheid dos considerados loucos, do meio social que está enraizado modelos de padronização corpórea e cognitiva, Souza E Medradro (2021, p. 167) nos diz que:

Nós, sujeitos do complexo contexto no qual hoje, em pleno século XXI, ainda persistem lógicas de segregação e colonização, precisamos avançar nesse recurso, pensando o lager a partir de outros modelos, tão aterrorizadores quanto Auschwitz, e que são produzidos no dia a dia de nossos aglomerados urbanos, de nossa vida cotidiana nas cidades do colonizador e do colonizado, e que naturalizam o terror, de muitas formas.

Mas qual era um dos critérios para ser embarcado na viagem só de ida para Barbacena, sem a possibilidade de retorno para sua cidade natal? Almeida E Rhoden (2020, P. 250) fala que “toda e qualquer discrepância que um indivíduo apresentasse era considerada loucura pelos médicos”. Diferenças essa, que enfatizam o motivo de um dos milhares de pacientes que estavam no hospital, o caso do Cabo – Antônio Gomes da Silva, apelidado pelos funcionários do hospital –, foi mandado para o hospital em 1969, por bebedeira e descontrole. voltando ao contexto histórico que estava acontecendo no Brasil neste período, onde acabava de ser instaurado o AI 5, todo e qualquer pessoa que fosse um possível problema para o novo modelo de Estado era encaminhado para instituições de controle, como o caso do Hospital Colônia.

A locomotiva que trazia os novos pacientes para o hospital, transitava o Brasil do “Chuí ao Oiapoque”, e tendo como desembarque final a Estação Bias Fortes, já dentro do Hospital Colônia. Mas, segundo Arbex (2013) este não era único método em que os novos internos eram encaminhado para a instituição, muitos eram levados de ônibus ou por viaturas policiais das cidades ao redor, assim como supracitado, o caso do Cabo, que fora mandado para o hospital por um delegado, após se detido. Segundo Passos (2018, P.19)

Na esperança de seguirmos problematizando a função social do hospício no capitalismo acreditamos ser fundamental (re)construirmos nossas análises e percursos antimanicomiais reconhecendo as particularidades da formação social brasileira. Se for para nos inspirarmos que possamos ampliar a nossa lente e identificarmos que os hospitais psiquiátricos no Brasil são um grande reflexo dos navios negreiros, lugar esse que muitos morreram no anonimato, sem dignidade e impedidos de manifestarem sua existência.

Assim como apresentado por Passos, ao apresentar uma verossimilhança entre o que estava acontecendo no Brasil, com os navios negreiros que traziam centenas de negros escravizados para o Brasil, tendo sua vida e seu futuro alterado. Muitos do que foram mandados para a locomotiva só de ida em direção ao Colônia, também tiveram seu destino alterado apenas por divergir de algum padrão implantado. Como apresentado por Arbex (2013, P. 22):

[...] muitas pacientes do Colônia eram rebatizadas pelos funcionários. Perdiam o nome de nascimento, sua história original e sua referência, como se tivessem aparecido no mundo sem que alguém que as parisse. Outros recebiam a alcunha “ignorado de tal”. Muitas ignoradas erma filhas de fazendeiros as quais haviam perdido a virgindade ou adotavam comportamento considerado inadequado para um Brasil à época, dominado por coronéis e latifundiários.

Como Arbex apresenta, após ser encaminhado para a locomotiva, automaticamente aquele indivíduo deixaria de existir e tinha seu passado apagado, pois, ao chegarem no Colônia, tornavam-se outra pessoa, como o estilo de vida diferente, nome diferente e outro padrão de vida.

Somente após o movimento antimanicomial que tomaram força após as diversas denúncias dentre os anos de 1980 a 2000, quando muitos destes participantes dos movimentos eram pessoas influentes como jornalista, médicos, ex-funcionários, famosos e professores; após 2001 instaurou-se a lei 10.216/01, que repudiava os manicômios e que todos os manicômios deveriam ser fechados. Possibilitando assim a criação de casa de tratamento psicológicas, só que mais humanizadas.

**2.2. Mulheres, As Heroínas Sem Capas: Do Jaleco ao Número de Internação**

“Algumas mulheres escolhem seguir os homens. Outras escolhem seguir seus sonhos. Se você está se perguntando em qual direção seguir, lembre-se de que sua carreira jamais acordará de manhã e dirá que não te ama mais”. (Lady Gaga, 2010)

Assim como supracitado, as mulheres que estavam presente no Hospital Colônia tornaram-se um símbolo de luta pelos pacientes, antes mesmo do movimento antimanicomial que surgiu no início da década de 1980.

Uma das participações femininas que Arbex mais trabalha ao longo de sua obra, é a história da paciente Sueli Rezende, com data de nascimento é desconhecida; veio a falecer em janeiro de 2006 decorrente de um infarto. Sueli tem seu nome com maior destaque, pois apesar de ser uma paciente, a mesma deu sua vida para lutar contra o sistema opressor que era praticado dentro do hospital. Tornou-se conhecida após sua música, que ficou conhecida como o Hino do Hospital Colônia, música esta que tratava os acontecimentos e descasos do hospital com os pacientes.

“Ô seu Manoel, tenha compaixão

Tira nós tudo da prisão

Estamos todos de azulão

Lavando o pátio de pé no chão

Lá vem a boia do pessoal

Arroz cru e feijão sem sal

E mais atras vem o macarrão

Parece cola de colar bolão

Depois vem a sobremesa

Banana podre em cima da mesa

E logo atrás vem as funcionárias

Que são as putas mais ordinárias.”

(Arbex, P.100, 2013)

O que segundo Foucault (2015, p.25) é uma dimensão natural e universal das relações entre os indivíduos; relação esta que estabelece a dicotomia entre os pacientes e funcionários da instituição, o que ao caminhar da obra Arbex apresenta bem essa dicotomia entre o paciente e o funcionário. Os funcionários como: médicos, enfermeiras, os guardas, as assistentes e a diretoria, empenham um papel hegemônico sobre os internos, principalmente sobre as mulheres. Segundo Arbex (2013, p. 23) “muitos coronéis “nasceram” juntos com o hospital o que transformou a instituição em um curral político”, reconhecendo o papel da mulher neste período histórico, de 1900 a 1970, onde muitas por opressão do marido ou do pai tinham existências restrita apenas as atividades do lar e ser submissa ao seu patriarca.

Pode-se dizer que dentro do hospital houve um movimento de luta por parte de alguns funcionários e dos pacientes, na exigência de melhoras na condição dos tratamentos aplicados, como cita o primeiro refrão da música de Sueli, onde ela aborda o “seu Manoel tenha compaixão”. Apresentando já de início uma breve denuncia indireta ao que acontecia dentro dos limites do muro do hospital. Assim como apresenta Paterra (2015, P. 5): “não é de hoje, nem é um problema do atual governo ou mesmo do anterior, e sim de diversos governos que vêm dirigindo o país desde a proclamação da República, pois a violência e o descaso com a vida humana têm sido constantes.”

Arbex não somente apresenta a história de vida de Sueli, ao longo da produção da obra ela vai montando uma cadeia de personagens que compuseram a história do hospital, apresentando as sobreviventes e algumas ex-funcionárias da instituição, como a de Debora Aparecida, uma das filhas de Sueli Rezende.

Arbex, deixa bem evidente nos primeiros capítulos como as mulheres eram tratadas ao chegarem no hospital, principalmente ao desembarcarem do “trem de louco”:

Os novatos viam-se separados por sexo, idade e características físicas. Eram obrigados a entregar seus pertences, mesmo que dispusessem do mínimo, inclusive roupas e sapatos, um constrangimento que levava às lagrimas muitas mulheres que jamais haviam enfrentando a humilhação de ficar nuas em público [...]

As mulheres andavam em silencio na direção do Departamento A. Daquele momento em diante, elas deixavam de ser filhas, mães, esposas, irmãs. As que não podiam pagar pela internação mais de 80%, eram consideradas indigentes. Nesta condição, viam-se despidas do passado, às vezes, até mesmo da própria identidade. (Arbex, 2013, p. 21-22)

Apesar de todo o sofrimento e humilhações que as novas internas passavam, não deixavam de ser resistências contra o sistema lutando ferreamente para não serem abusadas por seus colegas ou pelos funcionários do hospital. Muitas das mulheres estavam no hospital faziam o máximo possível para se manterem vivas e saudáveis, com ajuda de outras internas montavam uma irmandade inabalável, como o caso da:

Sonia Maria da Costa, paciente internada no Colônia por mais de quarenta anos, era temida por muito, mas também reconhecida como tutora do grupo. Embora tivesse adotado comportamento agressivo como arma, era ela quem ajudava a curar sem remédios. Terezinha, outra esquecida, conhecia o melhor lado da amiga. Sonia improvisava socorro nas crises de otite de Terezinha, quando não havia sequer analgésico para ameninar a dor. [...] nunca mais se separaram. Quase cinco décadas depois permanecem junta, como se uma tivesse saído de dentro da outra.

Somente em 2003, quando deixou o hospital para morar com Terezinha numa residência terapêutica de Barbacena, é que ela aos cinquenta e três anos, soube o significado da palavra respeito. (ARBEX, 2013, p. 33-35)

Dentro do hospital, as pacientes estavam sujeitas a todo tipo de abuso físico, verbais, cirúrgico e ao estrupo. Aquelas que queriam se proteger agiam como Sonia, adotando modo de vida mais radical e violento. Já, aquelas que através do estrupo ou do ato com consentimento, chegavam a engravidar, para não serem abusadas pelos funcionários e poder de algum modo proteger seu bebe, passavam fezes pelo corpo todo (Arbex, 2013), de modo que causa-se repulsa em quem chegasse perto das mesmas.

Antes da conquista dos direitos ao trabalho e ao voto, a figura feminina não possuía qualquer direito sobre si mesma. As mulheres que eram casadas ficavam à mercê do marido, sob seu total domínio e sua responsabilidade, devendo a ele obediência e respeito, diante da sociedade patriarcal da época. Às solteiras, cabia à família, e especificamente à figura paternal, tomar decisões sobre o casamento, que em muitos casos se realizava por interesses, visto que a mulher era considerada essencialmente dependente. Quanto à o estudo, quando consentido, realizava-se em colégios internos, restritos para mulheres. (Aguiar, Trombini, Gutierre, 2019, P. 10)

Assim como supracitado, antes da conquista dos direitos ao trabalho, as mulheres eram apenas restritas aos afazeres do lar e da família, mas pelo movimento de resistência das mesmas e de acordos políticos, aos poucos forma conquistando seu espaço no mercado de trabalho, que por anos foi dominado pela figura masculina. Com isso, muitas das mulheres que trabalharam no hospital Colônia deixaram sua marca como resistência ao sistema patriarcal e na exigência da melhora nas condições dos pacientes, em busca de um tratamento mais humanitário. Como o caso da Marlene Laureano, Francisca Moreira dos Reis, Maria Auxiliadora (a enfermerinha, como era chamada pelas crianças), principalmente a Irmã Mercês, dentre outras.

Arbex nos apresenta e enfatiza constantemente o trabalho realizado pela Irmã Mercês, onde a mesma com os poucos recursos presentes conseguia fazer inúmeras modificações no cotidiano dos pacientes, como:

A irmã desafio a incredulidade da classe média ao propor que os sobreviventes do holocausto brasileiro conquistassem o direito de uma casa. Quando o imóvel começou a ser montado em terreno anexo ao hospital, a religiosa iniciou o processo de transição. Diariamente, levava os futuros moradores até lá, para passarem algumas horas.

Durante meses, irmã Mercês levava os filhos de Barbacena ao banheiro, onde passava pelo menos quarenta minutos com cada um, no intuito de fazê-lo aprender a usar o sanitário. Não desanimava quando era surpreendida por urina ou fezes pela casa.

- Que pena que você fez no lugar errado. (Arbex, 2013, p. 82)

Isso é o que segundo Bloch (2001, p.128) nomeia de ciência, quando ele fala que “para fazer ciência, será sempre preciso duas coisas: uma realidade, mas também um homem”, o homem neste caso, ele diz ao ser humano, não a nomeação de um gênero. Como apresentado, a realidade que acometia ao Hospital Colônia era o mais puro reflexo da barbárie com os pacientes, mas que através das atitudes das mulheres, como paciente e funcionárias, foram necessárias para iniciar-se o movimento antimanicomial

**2.3. A capitalização post-mortem e o real louco ao meio dos loucos.**

[...] administração do mal banal, cuja colagem aparece repetidas vezes nos discursos contemporâneos da boa administração, da eficiência, e que demonstra a total incompreensão do outro como humano, no Hospital Colônia, ganhava contornos terríveis ao equiparar o lugar de tratamento a um espaço para o confinamento de animais. (Souza, Medrado, 2011, p. 198)

Para trabalhar a proposta desta etapa da historiografia do Hospital Colônia, primeiro tem-se que conhecer os conceitos de capitalização, post-mortem e o real louco. Conceitos estes que tornaram-se base para a edificação e conceitualização da instituição, mas que também fomentou para o definhamento do próprio hospital.

Primeiramente, conhecendo o conceito de capitalização, que segundo consta no dicionário Priberam (2024), define-se como “ato ou efeito de capitalizar”[[26]](#footnote-26), ou seja, é o ato de comercializar determinado objeto ou mercadoria de algum valor monetário. Já, em referência há post-mortem, no dicionário define-se como “pós morte”[[27]](#footnote-27), ou seja, aquilo que veio a falecer de algum modo. Conhecendo estes conceitos, compreendemos o que é a capitalização post-mortem, o que seria o comercio pós morte dos pacientes do Hospital Colônia.

Segundo Mbembe (2018), “as formas de matar não variam muito. No caso particular dos massacres, corpos sem vida são rapidamente reduzidos à condição de simples esqueletos”. Condição essa que Arbex deixa bem evidente quando a mesma entra e contado com o professor do curso de farmácia, Ivanzir Viera, que relata a venda de corpos dos pacientes do Colônia para a Universidade de Juiz de Fora (MG). Através do relato de Ivanzir para a jornalista, é possível se compreender que mesmo após a morte, o defunto ainda era um modo de enriquecimento para o hospital. Como Arbex relata (2013, p56):

[...] 1823 corpos foram vendidos pelo Colônia para dezessete faculdades de medicina do país entre 1969 e 1980. Como a subnutrição, as péssimas condições de higiene e de atendimento provocaram mortes em massa no hospital, onde registros da própria entidade apontam dezessete falecimentos por dia, em média, no período de maior lotação. A partir de 1960, a disponibilidade de cadáveres acabou alimentando uma macabra indústria da venda de corpos.

Industria essa citada por Arbex, que remete ao que à fala de Paterra (2015, p 7) sobre “a morte do miserável do excluído, tem sido constante na história da humanidade e também no Brasil, onde instituições criadas pelo *ser humano*, para o *ser humano,* colocam em dúvida o próprio sentido de humanidade de que somos dotados.” Então colocamos em voga, o que as instituições criadas pelo homem, para o homem, detinha o total poder bio/necropolítico sobre os seus internos, como no caso do Hospital Colônia.

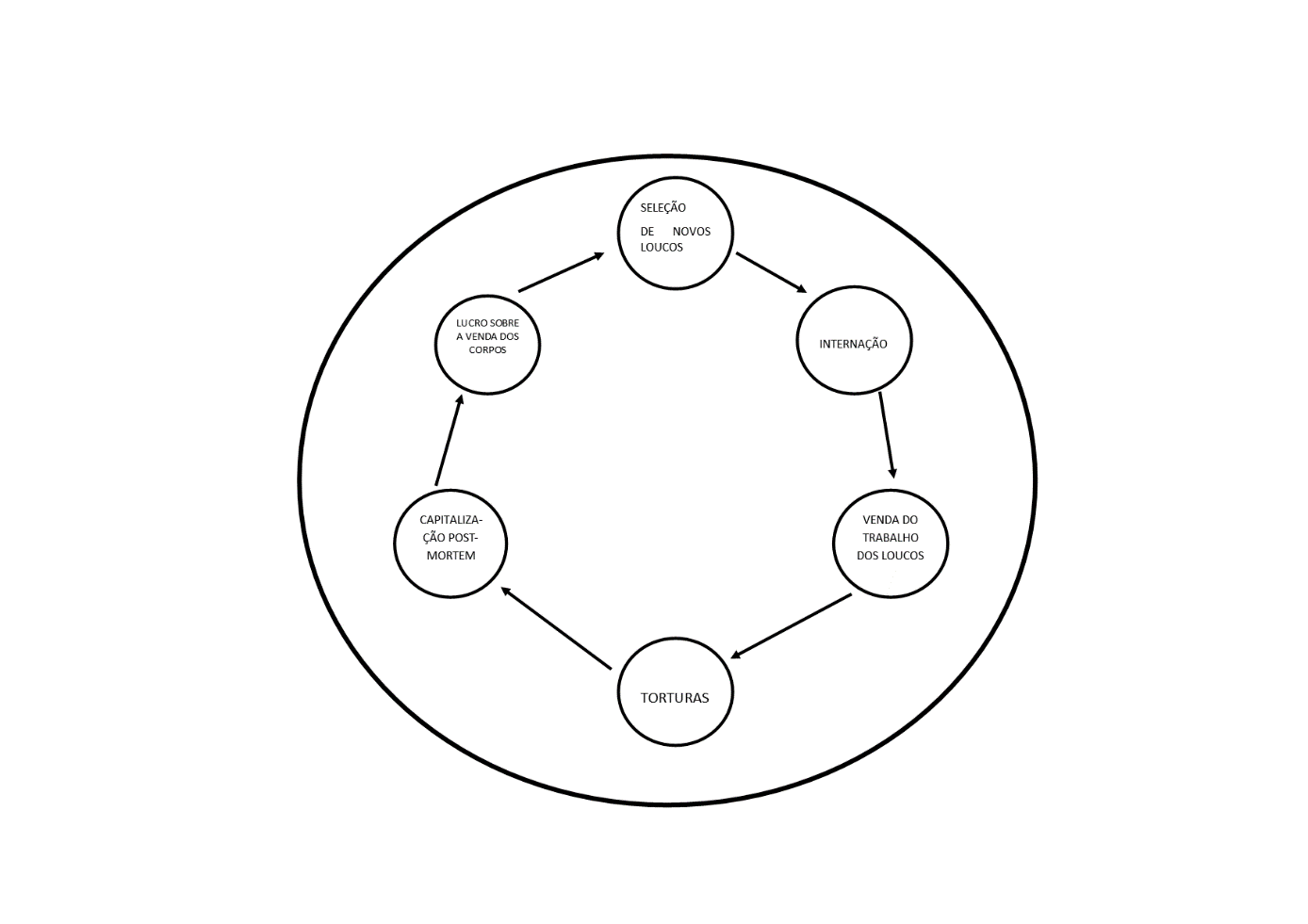
No entanto, o controle sobre o corpo e o limite de vida de cada um sempre esteve presente na sociedade, pois

O corpo entra numa máquina de poder que o esquadrilha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder” [...] ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quiser, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (FOUCAULT, 2014, P. 135)

A naturalização da violência institucional sobre os corpos negros compõe o modelo manicomial. O manicômio estrutura-se para além de uma edificação, pois mesmo com o fim do hospital psiquiátrico ainda experimentamos inúmeros formatos e formas de apartheid social, expressas pela via da medicalização e patologização da vida, pela internação compulsória, pela esterilização coercitiva, pela higienização urbana e demais fenômenos, ou seja, o manicômio é social, uma vez que ele está introjetado e reproduzido nas relações sociais. (PASSOS, 2018, P. 13)

Assim como dito por Foucault e Passos, sobre a arte do controle do corpo por meio de instituições que irá determinar o seu existir, compreende-se pelo período histórico que está se passando durante o “holocausto”, ou seja, o período civil-militar, o Brasil se encontra em processo de perseguição e exclusão ao direito da vida, principalmente dos que foram considerados indigentes, loucos ou inimigos do novo governo.

Assim como no relato do professor Ivanzir para Arbex, sobre a quantidade de corpos dos pacientes que foram vendidos para a universidade, em especial para o curso de medicina, percebemos que o lucro sobre estes corpos estavam desde o seu internato dentro instituição até o momento de seu falecimento. Ao todo, os pacientes que foram mandados para o hospital tornaram-se mais uma engrenagem ao sistema capitalista, ao modelo de gerar lucros independente dos métodos propostos. Como Arbex (2013) aponta que foram vendidos mais de 1800 corpos de pacientes ao longos dos anos, torna-se de fácil entendimento que os pacientes tornaram de fato um meio de lucro a partir de três etapas, sendo estas: a primeira, para serem internados dependiam de investimentos do Estado e do governo, o que automaticamente dava lucro para o hospital; segundo, a venda da mão de obra e a limitação dos recursos do hospital, ou seja, os pacientes eram obrigado a realizar serviços de limpeza e manutenção na cidade, sem nenhum custo para o hospital, o que gerava mais lucro para o mesmo por patrocínio do governo local; por fim, o lucro sobre a morte, por causa da alta taxa de mortalidade do hospital, chegando a cerca de 17 mortes por dia (Arbex, 2013)



Fonte: criação própria.

A vida transcorre num processo de racionalização em que todas as realizações humanas se projetam para um futuro distante. A morte, assim, só pode ser entendida e sentida como um fenômeno que rompe com a linha do progresso e, portanto, morremos exaustos da vida. A morte torna-se uma experiência sem sentido e passa a ser tratada como fenômeno de menor importância (isolada no interior do saber médico e contida nas instituições asilares, como problema de contágio ou de saúde). (Souza, Barros, 2015, P.43-44)

Assim como aborda Souza e Barros, sobre a morte, compreendemos que na questão dos pacientes do Hospital Colônia, a morte não se tornara o fim para eles, mas, apenas mais uma etapa de sua existência, uma etapa que agora o mesmo não seria mais capaz de sentir alguma dor ou angustia, apenas o que resta de sua matéria em laboratórios de universidades.

Então entramos na dicotomia, quem são os reais loucos, queles que vestem o azulão ou aqueles que vestem ternos ou jalecos brancos? Como salienta Gomes (2017, p. 68):

Um dos grandes desafios encontrados pela sociedade atual é respeitar o direito da diversidade [...], a sociedade julga o que considera norma, e o restante que não se enquadra nessa normalidade é taxado como indivíduos “loucos” ou “anormais” [...], dentro de uma sociedade muitas vezes só é aceito aquilo que segue a norma, os indivíduos que fogem a isto são marginalizados e esquecidos.

Esquecimento e marginalização esta, que Foucault (2015, p 5, 44 e 46) já dizia que:

exclusão seria o efeito representativo geral de várias estratégias e táticas de poder, que a própria noção de exclusão não pode atingir por si só [...], o crime começa quando não se tem situação civil, ou seja, localização geográfica dentro de determinada comunidade, quando a pessoa é “sem eira nem beira” [...] para caracterizar a posição do delinquente em relação à sociedade, uma espécie de acoplamento entre a recusa à trabalho e violência, que na verdade já não deve ser mascarado pelo par desemprego-mendicância [...] e os criminoso aparecem como inimigo sociais em virtude do poder violento que exercem sobre a população e de sua posição no processo de produção como recusa ao trabalho.

A expressão “sem eira nem beira”, que Foucault utiliza para denominar os que são considerados marginalizados, nos remete ao conceito da biopolítica e o porquê centenas de pessoas eram mandadas constantemente para o Hospital Colônia. Então retornando à indagação proposta, de quem realmente são os loucos, podemos constatar que os loucos são aqueles que, estão por detrás das mesas e com carimbos, que ao reconhecerem um indivíduo que não segue os padrões implantados pelo sistema hegemônico do Estado e praticante da biopolítica, ele reconhece a loucura no outro, mas não em si mesmo.

Por fim, como Arbex (2013) apresenta que, cerca de 70% dos pacientes não tinham um real laudo médico que determinasse seu motivo de torna-se paciente do Colônia, o que enfatiza a fala de Souza e Barros (2015, p. 35) de que “quanto mais conhecemos nosso mundo, na modernidade tardia, mais ele permanece imerso nas sombras, mais irracionais tornam-se as ações humanas”. Contextualizando com o que estava acontecendo no Brasil da década de 60 até a década de 80, compreende-se que muitos dos que foram considerados loucos, eram apenas contra o sistema e que algum modo, assim como Cabo, foi mando para o Colônia para ser silenciado e que não gerar mais problemas para o novo modelo de sociedade que estava sendo proposto pelo governo.

1. **DA OBSOLESCÊNCIA MANICOMIAL AO MOVIMENTOS PELA REFORMA PSIQUIÁTRICA: A LUTA ANTIMANICOMIAL NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

No final da década de 1970, no Brasil, que estava começando o planejamento da retomada da Democracia e a instauração na nova Constituição em 1988, constantemente foram surgindo novas denúncias sobre os Hospitais de Custódia e Tratamento Psicológico; sobre seus métodos de barbárie a que eram acometidos os pacientes. Assim como Arbex, outros autores fizeram o máximo para explanar, com suas denúncias o que estava ocorrendo dentro dos hospitais, como o caso do psiquiatra Ronaldo Simões Coelho, que no final da década de 1970, através da influência de Foucault, foi um dos percursores de denúncias ao que estava acontecendo no Hospital Colônia.

Somente no final da década de 1970, durante o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, que Simões começou a apresentar as denúncias. Segundo Simões apud Arbex (2013, P.164):

- Lá, existe um psiquiatra para 400 doentes. Os alimentos são jogados em cochos, e os doidos avançam para comer. O que acontece no Colônia é a desumanidade, a crueldade planejada. No hospício, tira-se o caráter humano de uma pessoa, e ela deixa de ser gente. É permitido andar nu e comer bosta, mas é proibido o protesto qualquer que seja a sua forma. Seria de desejar que o Hospital Colônia morresse de velhice. Nascido por lei, em 16 de agosto de1900, morreria sem glórias. E, parafraseando Dante, poderia ser escrito sobre meu tumulo: quem aqui entrou perdeu toda a esperança.

Declarações e denúncias como a de Simões, aos poucos foram tomando força, mas sendo esquecidas ou colocadas como sem relevâncias pelo contexto político que se encontrava no país.

Não somente Simões, foi um dos denunciantes do Colônia. Diversos funcionários, médicos e jornalistas enfrentaram o medo de retaliação advinda do Estado e dos sindicatos; causando a sua demissão de seu cargo, como o caso do médico Francisco Paes Barreto. Foi mandado ao Colônia, juntamente com o psicofarmaceutico Jorge Paprocki, em função de testar um novo medicamento nos pacientes, pois segundo eles “o Colônia tinha o perfil ideal: milhares de pacientes cornificados com internações permanente” (Arbex,2013, p.167)

Segundo Elia & Amancio (2017, P.8-9) sobre as condições dentro dos HCTP:

[...] as políticas públicas de Saúde Mental no Brasil tiveram como mola mestra em seu início, o modelo manicomial, que só veio ser contestado a partir do final da década de 1960. Vale dizer que na década de 60 houve um fator que gerou consequências para a política de saúde no nosso país, que foi a privatização dos hospitais psiquiátricos prestadores de serviço. Tais hospitais privados recebiam subsidio do Estado e eram favorecidos por políticos, gerando renda aos proprietários que, muitas vezes, mantinham as condições de tratamento muito piores que as dos hospitais públicos, além de provocarem um inchaço do número de pacientes devido internações desnecessárias, superlotando os manicômios de desempregados, indigentes, pobres, mendigos, já que quanto mais pacienteis internados, mais lucros para seus donos.

Assim como supracitado, as péssimas condições de vida que eram presentes nos manicômios, foi um fator que impulsionou a luta antimanicomial. Este foi um dos motivos que levou Francisco Paes Barreto, durante seu período de estágio no Colônia, a começar produzir seu artigo “Críticas do Hospital Psiquiátrico”, publicado em 1972, mas que veio repercutir e foi utilizado contra o próprio em 1979. A luta pelo fim dos manicômios no Brasil, estava apenas iniciando.

O movimento antimanicomial no Brasil, podemos marcar o início após a visita e denuncia direta na mídia, pelo psiquiatra italiano Franco Basaglia, em 1979. Franco foi levado a conhecer o hospital Colônia pelo Antônio Soares Simone, também psiquiatra; durante sua visita ao hospital constatou que em sua vida nunca tinha conhecido “um campo de concentração Nazista. Em lugar algum do mundo tinha visto tamanha tragédia” (Arbex, P. 171, 2013). Além da visita, Franco, exigiu realizar a denúncia em rede nacional, que por tamanha barbárie, chegou ao noticiário do New York Times nos Estados Unidos (Arbex, P. 171, 2013).

Em síntese, após a visita e denuncia de Franco sobre o Colônia muitos começaram a enfrentar o meio político brasileiro, que estava aos anos finais do Período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), abrindo e explanando diversas denúncias sobre o Hospital Colônia, como colocado por Souza & Medrado (2021, p. 172):

A abertura do último período ditatorial também permitiu que vários setores da sociedade brasileira pudessem repensar práticas totalitárias em seus espaços de atuação, como aconteceu em relação ao aparato manicomial, pois se um valor incontornável de uma democracia é a vida conjunta entre os diferentes, a vida em conjunto precisa chegar para todos.

Abertura está colocada pelo autor supracitado, que possibilitou a documentação em vídeo que foi dirigida pelo cineasta e autor Helvécio Ratton. Helvécio em 1979 conseguiu adentrar no Hospital Colônia para filmar o documentário “Em nome da razão”, documentário este que retratava o cotidiano dos pacientes do Colônia, onde também ficou o marco de Sueli Resende com a sua música, escrita e cantada pela mesma, sendo posteriormente reconhecida como o Hino do Manicômio de Barbacena.

Com estes marcos advindos das denúncias, via protesto, palestras, meio científico e televisionadas, e também jurídicas; considera-se o marco inicial do movimento antimanicomial no Brasil, graças a grande influência de Michel Foucault, advinda de sua obra “História da Loucura” recém lançadas e Franco Basaglia em sua visita ao Hospital Colônia em Barbacena.

A partir de então, no final da década de 1980, surgiram as opções assistenciais, ou seja, novos serviços, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), representando a Reforma Psiquiátrica Brasileira, proporcionando consultas médicas, atendimento psicológico, serviço social, terapia ocupacional, entre outros (Vasconcellos, 2008, Apud, Figueiredo, Delevat & Tavares, P.130, 2014).

A partir da década de 80, como resultado do início da luta pela extinção dos manicômios, começaram a surgir no Brasil os CAPS e NAPS, como supracitado. Este centro de apoio tem como proposito levar um tratamento psicológico e terapêutico humanizado, o que contradiz completamente com o conceito dos HCTP. O surgimento destes centros de apoio, favoreceu muito aos pacientes do Colônia, pois, como o modelo manicomial estava perdendo força e esfacelando-se; começaram a surgir as Residências Terapêuticas (ARBEX, 2013) para onde alguns dos pacientes do Colônia aos poucos foram ganhando direito de uma moradia digna e humanizada.

* 1. **– A Nova Constituição e o Novo Modelo de Hospital Psiquiátrico**

Chegando ao final da década de 1980, o Brasil começou a passar por diversas modificações políticas e sociais, que impactou diretamente todas as áreas da sociedade. Em 1985, é institucionalizado o fim do Regime Civil-Militar, que estava no controle do país desde 1964, então iniciou-se planejamento do que seria a Nova Constituição Brasileira. Neste período também, começaram a ser discutidas as reformas em prol dos loucos, advindo das diversas denúncias apuradas no início da década de 1980, o que segundo Arbex (2013, p.186)

Em um país sufocado pelo militarismo, o grito da mudança estava, havia tempos, preso na garganta. Por isso, o movimento das Diretas Já devolveu a voz aos brasileiros naquele ano de 1985. Apesar do governo militar tentar abafar a manifestação, cerca de 300 mil pessoas compareceram ao comício na tentativa de pressionar as forças políticas a aprovar a Emenda Dante de Oliveira, que propunha a escolha popular do presidente. Com a proposta rejeitada, apesar dos 289 votos a favoráveis, o país teve que esperar mais quatro anos para ir às urnas.

Mbembe (2018, p. 33) já dizia que “o Estado não reconheceria nenhuma autoridade superior à sua dentro de suas fronteiras”, isto estava acontecendo no Brasil até a promulgação da Nova Constituição de 1988. O Estado não aceitava as manifestações em prol do movimento antimanicomial, que para ele “o doente aparece dentro do hospital como alvo da relação de poder político” (Foucault, 2015 p. 06); mas o movimento antimanicomial tornara-se uma afronta direta ao Decreto Presidencial 24.559, criado em 1934 pelo Ex Presidente Getúlio Vargas (Arbex, 2013, p.187).

Em 5 de outubro de 1988, em Brasília, Distrito Federal é promulgada a Nova Constituição brasileira, tendo como preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um **Estado Democrático**, destinado a **assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça** como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. p. 10 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm6.pdf. Acesso em: 05 maio 2024.) (Grifos Meus).

Na Nova Constituição de 1988, ao iniciar colocando como responsabilidade do Estado Democrático assegurar os direitos básicos de todos os cidadãos da federação, também deveriam estar incluso os cidadãos que estavam recluso em manicômios. Pensando nisso, o Deputado Paulo Delgado, popularmente conhecido como “deputado dos doentes mentais” (Arbex, 2013, p.187), inicia o seu projeto de lei para a extinção dos manicômios e a criação de ambientes onde estes necessitados poderiam ser realmente tratados de suas enfermidades.

O Ex Deputado Paulo Delgado, foi eleito pela primeira vez em 1986, afiliado ao PT, mas sua carreira política iniciou-se em1979. Segundo Arbex (2013, p. 187), “o deputado apresentou em 1989, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 3.657, propondo a regulamentação dos direitos das pessoas com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país”; o que foi favorecido pelas lutas que já estavam ocorrendo dentro dos próprios manicômios pela extirpação e melhora nas condições de trabalho e tratamento. Luchmann e Rodrigues (2007, p. 402) dizem que

é basicamente no interior destes setores que surge o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental [...]que as reivindicações giram em torno de aumento salarial, redução de número excessivo de consultas por turno de trabalho, críticas à cronificação do manicômio e ao uso do eletrochoque, melhores condições de assistência à população e pela humanização dos serviços. Este movimento dá início a uma greve (durante oito meses no ano de 1978) que alcança importante repercussão na imprensa.

A partir do novo projeto de lei criado por Delgado, os manicômios já começaram a ser esfacelados, tendo os índices de internações cada dia menor. Correia (2006, p. 92) fala que a luta se “deu a partir do engajamento político da entidade da sociedade civil que denunciavam os horrores dos manicômios e exigiam das autoridades medidas contra os abusos cometidos em tais instituições”, mas esta exigência só começou a ser realmente trabalhada a partir do dia 06 de abril de 2001, quando foi implementado a Lei 10.216, contendo treze artigos garantindo ao paciente um tratamento humanizado e a extinção dos manicômios. Lei esta que trazia como pontos principais os artigos:

Art. 1o Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra

Art. 3o É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

Art. 6o A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Art. 11. Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos não poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde. (BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. p. 10 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/leis\_2001/l10216.htm#:~:text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,Art. Acesso em: 15 maio de 2024.)

A partir deste momento, através a implementação da nova Lei 10.216/01, advinda do Projeto de Lei 3657/89[[28]](#footnote-28) do Ex Deputado Paulo Delgado e retificada pelos artigos supracitados, garantindo o fechamento dos manicômios e a implantação de um novo modelo de tratamento psicológico aos pacientes, surgem então os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e os NAPS (Núcleo de Acompanhamento Psicossocial). Mas, o sancionamento desta lei deu-se apenas em 2011, após muitas manobras políticas; mas, que desde o início já estava sendo trabalhada, principalmente em Barbacena, que segundo Arbex (2013) muito dos pacientes começaram a receber aposentadorias e residências terapêuticas com a supervisão de psicólogos e tratamento humanizado.

Esse momento marca uma renovação teórica e política do MTSM[[29]](#footnote-29), através de um processo de distanciamento do movimento em relação ao Estado e de aproximação com as entidades de usuários e familiares que passaram a participar das discussões. Instala-se o lema do movimento: por uma sociedade sem manicômios. Este lema sinaliza um movimento orientado para a discussão da questão da loucura para além do limite assistencial, concretizando a criação de uma utopia que passa a demarcar um campo de crítica à realidade do “campo” da saúde mental, principalmente do tratamento dado aos “loucos”. (Luchmann E Rodrigues, P. 403, 2007)

Este movimento este que favoreceu imensuravelmente para a sociedade que estava sendo marginalizada[[30]](#footnote-30) e censurada em manicômios, podendo mostrar a sua voz e direito garantidos pelo próprio Estado.

Com a Nova Constituição e a Lei 10.216/01, surgiram instituições empenham o papel de acompanhar e tratar as patologias psicológicas dos pacientes, abdicando totalmente do modelo manicomial que estava presente desde o início do século XX. Segundo Gomes (2018 p., 30 e 31) são os

desafios com os quais a Reforma Psiquiátrica e o Movimento da Luta Antimanicomial se deparam são inúmeros, graves e guardam relação, por um lado, com questões específicas das práticas de atenção e cuidado em saúde mental, e por outro, com determinações estruturais e conjunturais que atingem o conjunto de políticas sociais e da classe trabalhadora. Enfrentá-los demanda reconhecer, entre outros aspectos, as questões de classe, gênero e étnico-raciais que marcam a nossa formação sócio-histórica e como elas se apresentam na realidade da sociedade brasileira atual e no debate teórico-político do campo da saúde mental. Se na atual conjuntura parece não haver mais espaço para posição conciliadora, urge a reorganização política dos movimentos antimanicomiais presentes no campo da Reforma Psiquiátrica brasileira para prosseguirmos na luta por uma sociedade sem manicômios

Desafios este, que persistem até a atualidade, onde mesmo com o fim dos manicômios, decretado por lei, muitos ainda persistem em teses de isolamento e perseguição para aqueles que tem alguma divergência do padrão imposto na sociedade, como trabalhado anteriormente. Regressando ao pensamento de que o manicômio será o melhor lugar para os loucos, delinquentes, homossexuais, os que não estão respeitando a castidade, por apoiarem movimentos sociais ou apenas por professarem alguma fé ou crença diferente.

* 1. **– A Nova Constituição Brasileira e a Luta Antimanicomial Continua**

Com a égide vinda da Nova Constituição de 1988, marcado também pelo retorno da democracia no Brasil e a extirpação dos manicômios, muitas questões sociais e culturais no Brasil também começaram a mudar, como a preocupação ao próximo e a busca de condições de vida e saúde melhor.

Amancio E Elia (2017, P. 34-35) diz que:

A entrada do século XXI viu ser sancionada a Lei 10.216, em 06/04/2001 que reorientava o modelo assistencial em Saúde Mental e também de novas portarias do Ministério da Saúde. O argumento da “atenção psicossocial” foi estabelecida pela Lei Federal 10.216, colocando a Reforma Psiquiátrica em outra fase, já que trazia o debate sobre cidadania e as políticas públicas. A internação de involuntária passou a ser voluntária, salvo em casos em que justifiquem os motivos. O respeito à capacidade civil do louco que antes era desconsiderada passou a existi. O paciente ao solicitar um benefício por incapacidade de executar suas atividades laborais perdia seus direitos civis, ficando sob curatela. A Lei 10.216 possibilita sobre a garantia de determinados direitos, afirmando que a capacidade civil não necessariamente precisa ser anulada por conta da incapacidade de trabalho.

Retornando ao Artigo 5º da Constituição de 1988 que estabelece que todos tem o direito resguardados pelo Estado e todos somos iguais perante a lei. Igualdade esta que retoma a compreensão do que é ser “louco” do final dos anos 1990 até 2001 ainda era um ser marginalizado, e somente após a implementação da Lei 10.216; que a sociedade começa a reconhecimento que o louco era aquele incapaz de desenvolver os atos laborais, ou seja, poder desempenhar algum trabalho. Com a virada do século XXI, os conceitos de ajuda psicossocial entram em voga tanto na sociedade quanto no meio médico.

Com os desmontes dos manicômios, a cultura passa a ser parte de um movimento de resistência a favor do Movimento Antimanicomial, reconhecendo a loucura como parte da cultura da sociedade, cultura essa que afronta ao modo hegemônico político do Estado. Movimento estes que Amarante E Torres (2018, p. 1099) diz que:

[...] por meio da imposição de modelos culturais hegemônicos a culturas diferentes e a grupos sociais da diversidade cultural, considerados minoritários. Nesse sentido, a cultura se torna instrumento de resistência quando os sujeitos e grupos sociais questionam os grandes canais de informação da mídia de massa e lutam pela expressão de suas formas de pensamento e visões de mundo, bem como reivindicam a memória e a preservação de valores e patrimônios culturais, como em comunidades tradicionais e grupos étnicos. [...] é fundamental a disseminação de instrumentos e recursos que visam a defesa da diversidade cultural e o reconhecimento das diferenças. Pois sem o direito à diversidade cultural não há viabilidade concreta para o exercício da cidadania cultural, que então se torna capturada pelos mecanismos de mercado da “indústria cultural” ou pelos mecanismos de imposição cultural e modos de funcionamento de paradigmas colonizatórios.

O Movimento da Luta Antimanicomial durantes a primeira dezena do século XXI estava em seu estopim, com o fechamento e realocação de centenas de ex-pacientes dos manicômios para residências terapêuticas, como o caso dos pacientes do Hospital Colônia; o fechamento dos manicômios e surgimento dos CAPS, possibilitou um novo olhar sobre o que é realmente ser louco. A partir da impugnação da Lei 10.216/01, para ser considerado, agora de modo chulo, louco, primeiramente deveria passar pela avaliação médica e ter um laudo baseado em dados concretos, mas também torna-se necessário, segundo Arbex (2013, p. 217):

Compartilhar o sofrimento de Conceição Machado, Sueli Rezende, Silvio Savat, Sônia Maria da Costa, Luiz Pereira de Melo, Elza Maria do Carmo, Antônio Gomes da Silva e outros tantos brasileiros que resistiram ao nosso holocausto é uma maneira de manter o passado vivo. Tragédias como a do Colônia nos colocam frente a frente com a intolerância social que continua a produzir massacres: Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Favela da Chatuba, são apenas nomes para velhas formas de extermino. Ontem foram os judeus e os loucos, hoje os indesejáveis são os pobres, os negros, os dependentes químicos, e, com eles, temos o retorno das internações compulsórias temporárias. Será a reedição dos abusos sob a forma de política de saúde pública? O país está novamente divido.

Divisão está expressa por Arbex, que persiste até na atualidade, quando muitos ainda defendem teses segregacionistas e de apartheid social, com o objetivo de separar os diferentes da sociedade em instituições mascaradas, que divulgam tratamentos aos seus pacientes ao mesmo modelo oferecido pelo CAPS, mas infelizmente desempenham papel de manicômios ao mesmo modelo do Hospital Colônia. Como o caso de uma clínica fechada na cidade de Aparecida de Goiânia, após as denúncias:

Clínica de reabilitação é fechada pela polícia por maus-tratos a pacientes

A Polícia Civil de Goiás, junto a outros órgãos, realizou uma operação após receber denúncias de tortura e maus-tratos de uma clínica contra seus pacientes.

A polícia encerrou as atividades de uma clínica de reabilitação clandestina que torturava seus pacientes. Ao todo, setenta e cinco homens eram internos no espaço, e seis deles eram menores de idade. A maioria dos pacientes era formada por dependentes químicos, mas havia pessoas com problemas mentais.

Segundo o delegado responsável pelo caso, Antônio André Santos Júnior, os homens eram espancados e tinham de beber água não tratada, retirada de um córrego próximo. Devido ao consumo da água, era comum que sofressem com diarreia e vomito. (BOMFIM, Thiago. Clínica de Reabilitação é Fechada pela polícia por maus-tratos a pacientes. Uol, São Paulo, 18 de outubro de 2023. Últimas Notícias. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/10/18/clinica-clandestina-tortura-pacientes.htm. Acesso em: 16 de maio de 2024.)

Como pode-se perceber, a luta pelo fim dos manicômios não chegou a fim no Brasil de fato. Institucionalmente existe uma lei que permite que o paciente tenha um amparo médico especializado e seja tratado em uma instituição que atenda todos os requisitos presente na Lei 10.216/01. Como apresentado por Correia (2006, p.93) sobre a luta do movimento antimanicomial que:

Ao reconhecer a titularidade de direitos da pessoa com transtorno mental, o Movimento Antimanicomial traz à tona um aspecto importante: a visibilidade desse ator social, que, ainda hoje, é tratado como objeto a ser manipulado nas instituições nosocomiais. Daí a necessidade de lutar por uma vida digna, livre e independente para essas pessoas, com o respeito às suas escolhas e o incentivo às suas produções, assegurando sua presença e atuação no espaço social. Nesse caso, o próprio reconhecimento do paciente como sujeito e igual faz parte dos princípios que norteiam os direitos humanos. A partir de tal reconhecimento, percebe-se uma nova postura dos profissionais que atendem esses usuários dos serviços de saúde mental.

Direitos estes mencionados por Correia, que traz o sentimento de olhar para o próximo e o reconhecimento que as suas diferenças, tanto físicas, cognitivas ou de personalidade, não justificariam gerar um modo de segregação para afastar este mesmo individuo do âmbito social. Pelo Movimento Antimanicomial no Brasil, foi possível modificar as questões sociais de reconhecer o próximo como o seu semelhante e reconhecer e compreender que apesar de que o mesmo seja divergente ao padrão imposto isso não dar quaisquer motivos para afasta-lo ou executa-lo, pelo contrário, a diferença presente em cada um no meio social é aquilo que contribui para uma sociedade culturalmente rica e diversas, e também, repleta de individualidades.

**CONCLUSÃO**

Concluímos que o meio social é algo que está constantemente se modificando tanto culturalmente quanto politicamente. Compreende-se que o Estado tem relevante papel nesses meios e que trabalha em prol de garantir os direitos básicos de cada cidadão, mas, acima de tudo o Estado na configuração atual, para gerar lucro para o mesmo, lucro este que pode ser obtido sobre a própria sociedade controlando-a em todos os âmbitos e ambientes o que Foucault denomina de biopolítica sobre os corpos doceis.

Este controle que estabelece diversos padrões físico, cognitivos e até mesmo culturais; pois, controlando um indivíduo é capaz de extrair maior vantagens sobre ele, para enriquecimento monetário e a partir do momento que o mesmo não se encaixa nestes filtros ou não gere mais algum lucro, o Estado começa a praticar o que Mbemb denominou de necropolitica, ou seja, o Estado busca jeito de afastar o sujeito do meio social ou mesmo extermina-lo.

As contribuições de Foucault para compreender algumas atitudes advinda do Estado sobre a sociedade, tornam-se discursões atemporal, em que o controle sobre a sociedade não é algo atual. Compreendendo também como a biopolítica, controla e delimita toda a vida de um homem no meio social, controlando desde a hora que ele acorda até o final de seu dia, em modos de rotinas delimitadas em prol de gerar lucro, e entrando em voga juntamente com a necropolítica a partir do instante que o Estado começa a ter despesas ou alguém não esteja seguindo as métricas impostas pelo mesmo.

Com estes métodos o Estado então vai desenvolvendo modos de controle na vida de um homem tanto no ambiente social, como na sua vida privada. Controle estes que reverberam por toda a vida, até o momento que o mesmo passe a gerar despesa. Neste caminho, o Estado desenvolve modelos de controle e de padronização social que devem ser seguidas por todos e aqueles que não conseguirem acompanhar são afastados de seus cargos ou até mesmo da própria sociedade.

Enfatiza-se nesse trabalho, a sociedade brasileira da década de 1960, onde o país passava por um desmonte sócio-político completo causado pelo Golpe Militar. Durante esta etapa na história do Brasil a sociedade foi obrigada adotar o medo do Estado, medo este que reverberou principalmente após a instauração do AI 5, onde o Estado censurou e interviu na vida privada. Com isso percebemos que as teses que Foucault apresentam sobre a biopolítica, tornaram-se fervorosamente realistas, pois, através da perseguição e censura o Estado coloca de fato uma barbárie exacerbada na sociedade, promovendo diálogos que enalteciam ao novo modo de governo e todos aqueles que fossem contra seriam perseguidos e exilados.

Perseguição esta que favoreceu imensuravelmente os manicômios e os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Instituições esta que serviam de depósitos de loucos e marginais, no proposito de esconde-los da sociedade; nesta mesma etapa, a sociedade brasileira incentivada pelo Estado estava em processo da instauração de perseguições e segregação.

Esta arianisação favoreceu para a superlotação dos manicômios e HCTP em toda a nação que, enriqueceu muito o Hospital Colônia em Barbacena MG. Esta instituição foi o real sentido da barbárie no Brasil, onde cerca de 70% dos internos não contina nenhuma doença física ou mental

Dentro do Hospital Colônia o trato da morte tornou-se rotineira, pois dezena de internos faleciam por dia, por diversas causas. Ao adentrar na instituição os pacientes eram reiniciados de sua história, tendo seu nome e passado apagados, sendo tratados apenas por números. Os pacientes eram constantemente maltratados, espancados e violentados, não tendo paz e descanso nem em sua morte, onde seus corpos eram dissecados em ácido ou vendidos como indigentes para faculdades de todo o país.

Dentro do relato de Arbex sobre o hospital, compreendemos o que Mbemb chamou de política da morte, ou seja, todos aqueles que eram mandados para o hospital pelo “trem de doido” ou por indicações de policiais, como resultado de crimes por “desordem”. Muitos dos pacientes que estavam no Colônia foram encaminhados para o hospital apenas por não seguir o padrão que a sociedade estava implementando ou por não obedecer alguma norma patriarcal, como o caso da grande maioria das mulheres que foram mandadas por seus esposos ou pais.

Neste aspecto a participação das mulheres como símbolo de resistência e luta por condições de vida e trabalho melhores foram vitais para o caminha do Movimento Antimanicomial. Luta esta que iniciou-se de dentro para fora da instituição; dentro do hospital algumas internas ajudavam outros pacientes e até mesmo os funcionários mantendo a organização e controle de alguns doentes. O movimento feminista de dentro do hospital tornou-se um fato muito importante para favorecer o fortalecimento da luta pelo fim dos manicômios na nação.

A luta pelo fim dos manicômios iniciou-se após algumas denúncias sobre o Hospital Colônia começarem a surgir no início da década de 1980, juntamento com o caminhar do fim do período ditatorial. Após a visita de Foucault ao Brasil, onde o mesmo não chegou a conhecer Barbacena, juntamente com a denúncia em rede nacional de Franco Basaglia sobre o Hospital Colônia, marca-se o início do movimento antimanicomial no Brasil.

Após diversas denúncias sobre os manicômios, em especial o que estava em Barbacena, o Ex deputado Paulo Delgado propõe o Projeto de Lei 3657 no final da década de 1980, que propunha o fim dos manicômios e criação de métodos de tratamento mais humanizados a estes pacientes.

Apenas em 2001 que a P.L. de Delgado tornou-se a nova Lei 10.216/01; lei esta que reconhecia os doentes mentais como parte da sociedade tendo direitos e deveres humanitários, colocando também o fim dos manicômios e criação dos CAPS e NAPS. Somente após muitas denúncias e a consolidação do Movimento Antimanicomial que fortaleceu a implementação desta nova lei, reconhecendo que todos tem direitos e deveres perante a sociedade e igualdade na lei, o que não deveria divergir para aqueles que tem alguma patologia.

Com o movimento antimanicomial fortalecido pelo mundo, no Brasil a luta pelo fim dos manicômios permanece até a atualidade, onde constantemente são denunciados supostos asilos para aqueles que fazem o uso de algum entorpecente ou casa de apoio para idoso, mas, que na realidade são manicômios disfarçados realizando as mesmas atuações que eram feitas aos pacienteis do Hospital Colônia.

Por fim, a luta antimanicomial brasileira, durante perpasso histórico da década de 1960 até atualidade, continua fortemente em alta e sempre gerando novos debates e lutas por melhorias tanto na qualidade dos tratamentos dos pacientes, quanto dos trabalhadores da área. A luta pelo fim dos manicômios é algo que a sociedade ainda carrega, pois são tópicos atuais, que devem ser sempre mantidos em alta e de conhecimento popular, para que o “Holocausto Brasileiro” (Arbex, 2013), não volte a acontecer novamente, pois, conhecendo a história do que ocorreu em Barbacena e das barbáries que eram realizadas aos pacientes, previne-se que seja repetido novamente. Mas, esta luta pelo fim total dos manicômios não pertence apenas ao Estado, que apesar do seu papel hegemônico sobre a sociedade e auto praticante da biopolítica, a sociedade em si também torna-se um fator de extrema importância para denúncias de supostos manicômios com fachadas de casa de tratamento ou de acolhimento. Em síntese, a luta antimanicomial ainda está presente na atualidade e é dever de todos denunciar e permanecer nesta luta em prol daqueles que necessitam de algum tratamento ou acompanhamento médico especializado

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Giullya Schuster. RHODEN, Cristiele. **Uma análise foucaultiana sobre o “holocausto brasileiro”**. Paraná: Ed. Diaphonía, V.6, P. 247-252, 2020.

AMANCIO, Valdene Rodrigues. ELIA, Luciano. **Panorama Histórico-Político da Luta Antimanicomial no Brasil:** As Instabilidades do Momento Atual.Florianópolis: Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, V. 09, N. 24, P.22-49, 2017.

AMARANTE, Paulo. TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. **“De volta à Cidade, Sr. Cidadão” – Reforma Psiquiátrica e Participação Social: do Isolamento ao Movimento Antimanicomial.** Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública,** P. 1090-1107, 2018

ANDREATTA, Samuel Medeiros. **A construção da sociedade punitiva em Michel Foucault.** Orientador: Prof. Dr. Augusto Jobim do Amaral. 2022. 146 f. Dissertação – Ciências Criminais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

AGUIAR,Jessica Carolina Aparecida. TROMBINI, Mariana da Cunha. GUTIERRE Maria Madalena Borges. **Que bom te ver viva: vozes da resistência feminina na Ditadura Militar Brasileira.** Franca: **Revista Eletrônica de Letras**, V. 12, N. 12, 2019.

ARBEX, Daniela. **O Holocausto Brasileiro:** 60 mil mortos**.** São Paulo: Geração, ed. 1°, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia a História ou O Oficio do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, ed. 1, 2001

CORREIA, Ludmila Cerqueira. **O movimento antimanicomial: movimento social de luta pela garantia e defesa dos direitos humanos.** Paraíba: Prim. Facie, v. 5, n. 8, p. 83-97, 2006.

FIGUEIREDO, Marianna Lima de Rolemberg. DELEVAT, Dalnei Minuzzi. TAVARES, Marcelo Góes. **Entre loucos e Manicômios:** história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil.Maceió: **Revista de Ciências Humanas e Sociais,** V. 02, N. 02, P.121-136, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** O Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Sociedade Punitiva:** curso no Collège de France (1972-1973). Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

GOMES,Karolliny Nardino. **Entre a “loucura” e a “normalidade”:** proposição de um material didático referente a história do Hospital Colônia em Barbacena e as discussões atuais a respeito da diversidade**.** Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.

GOMES, Tathiana Meyre da Silva. **Reforma psiquiátrica e formação sócio-histórica brasileira:** elementos para o debate**.** Vitoria**: Revista Argumentum**, V. 10, N. 03, P. 24-24, 2018.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello; ALVAREZ, Marcos César. **Instituições, confinamento e relações de poder:** questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault**.** **Psicologia & Sociedade,** v. 26, p. 100-106, 2014.

LIMA, Jorgina Tomaceli de Sousa. **O Início da Assistência à Loucura no Brasil.** Rio de Janeiro: **Em Debate** (PUCRJ. Online), v. 8, p. 7, 2009.

LÔBO, Daniela Couto. **Michel Foucault:** a sociedade punitiva e a educação. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.

LOPES, Marildo de Oliveira. MENDES, Everaldo dos Santos. **O canto da Sueli: analise de um discurso dissidente em luta antimanicomial.** Cuiabá: Ed. Polifonia, V. 27, N. 49, P. 414-346, 2020.

LUCHUMANN, Lígia Helena Hahn. RODRIGUES, Jefferson. **O Movimento Antimanicomial no Brasil.** Santa Catarina:  **Ciência & Saúde Coletiva**, periódico na internet, v. 12, p. 399-407, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/tx6gNG9GDzdh8wLcj3DW9px/?lang=pt

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Tradução de Lívio Xavier. 4ª ed. São Paulo: Edipro, 2015

MBEMBE, Achille. **Necropolitica:** Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Politica da Morte**.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOREIRA, Juliana Maria Brandão. **Arqueologia da Loucura:** Narrativas alternativas, cultura material e história do Hospital Colônia de Barbacena**.** Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2021.

PATERRA, Marcos Tadeu Garcia. **Mistanásia e as ações desumanas do ser humano:** dos campos de concentração nordestino ao holocausto brasileiro. São Paulo: Revista da Faculdade Eça de Queiroz: **Educação, Gestão e Sociedade,** N. 5, P. 01-08, 2015.

PASSOS, Rachel Gouveia. **“Holocausto ou Navio Negreiro?”:** inquietações para a reforma psiquiátrica brasileira**.** Vitoria: **Revista Argumentum,** V. 10, N. 03, P. 10-22, 2018.

PRADO FILHO, Kleber; LEMOS, Flavia Cristina Silveira. **Uma breve cartografia da luta antimanicomial no Brasil**. Santa Catarina: **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 1, p. 45-45, 2012.

SANTOS, Ana Luiza Gonçalves. FARIAS, Francisco Ramos. **Criação e extinção do primeiro Manicômio Judiciário do Brasil.** São Paulo: Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental, P.515-527, 2014.

SOUZA, Luís Antônio Francisco; BARROS, Rodolfo Arruda Leite. **Sociedade punitiva, morte e guerra:** uma releitura a partir de Michel Foucault. Araraquara: **Estud. Socio**l., v.20, Nº 38, p.35-56, 2015.

SOUZA, Rodrigo Matos. MEDRADO, Ana Carolina. **Dos Corpos como objeto:** uma leitura pós-colonial do ‘Holocausto Brasileiro”. Rio de Janeiro: **Revista Saúde Debate**, V. 45, N. 128, P. 164-177, 2021.

1. Vem do termo arianismo, “que é uma doutrina ideológica caracterizada pela superioridade racial do povo ariano ou dos seus descendentes, preconizada pelo nazismo” (ARIANISMO. In: PRIBERAM, Priberam Dicionário Online. Lisboa: Priberam, 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/arianismo>. Acessado em: 07/12/2023). Esta terminologia foi muito utilizada durante o período Nazista, no ocorrer da Segunda Guerra Mundial (1939-1945); para promover a “purificação” da raça alemã, deixando apenas os arianos vivos, todos os Judeus e aqueles que não se enquadravam na delimitação do padrão ariano eram segregados, exilados e mortos em campos de concentração e extermínio. [↑](#footnote-ref-1)
2. Necropolitica é definido pelo antropólogo Achille Mbembe, como um resultado da arte de governar inspirado na biopolítica de Foucault, mas, com um viés mortal. Mbembe define que a necropolitica é uma política da morte. Segundo Mbembe (p. 60, 2018): “às maneiras de matar não variam muito. No caso particular dos massacres, corpos sem vida são rapidamente reduzidos à condição de simples esqueletos. Sua morfologia doravante os inscreve no registro de generalidade indiferenciada: simples relíquias de uma dor inexaurível, corporeidades vazias, sem sentido, formas estranhas mergulhadas e estupor.” O que nos remete, ao modelo de corpos descartáveis, que são facilmente apagados de sua existência, o que Foucault, chama também de “corpos doceis” e “os recursos para o bom adestramento” (p. 133 e 167, 2014). [↑](#footnote-ref-2)
3. Termo cunhado e trabalhado por Foucault durante sua carreira acadêmica, em especial na produção do livro: A Sociedade Punitiva. Foucault ministrou diversos cursos no Collège de France, entre 1972 a 1973. O termo tem como referência o poder que o Estado tem de intervir na vida privada de cada indivíduo e o poder de escolher se o mesmo está produzindo economicamente, se ele merece ou não viver. Biopolítica é um termo defendido por Michel Foucault, segundo ele é a arte de governar vinda do Estado sobre um indivíduo ou um grupo social. Essa arte de governar implica diretamente no seu meio de convivência, onde o próprio Estado vai delimitando o que uma pessoa deve ou não fazer, como principal fato, o enriquecimento do Estado e demonstração de sua superioridade hegemônica. O Estado então articula meios de controlar, segregar e delimitar a existência e eficiência de cada um, gerando uma guerra de exclusão comandada pelo mesmo, onde o Foucault, chama a atenção por aquele que o Estado marginaliza como um vagabundo e delinquente: “o vagabundo, portanto é alguém que perturba a produção, e não só um consumidor estéril. Logo, ele se encontra numa posição de hostilidade constitutiva em relação aos mecanismos normais de produção” e “(...) para caracterizar a posição do delinquente em relação à sociedade, uma espécie de acoplamento entre recusa a trabalho e violência, que, na verdade, já não deve ser massacrado pelo par desemprego-mendicância” (Foucault, Michel. Sociedade Punitiva. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Wmf Martins Fontes, p. 44 e 46, 2015) [↑](#footnote-ref-3)
4. Conceito apresentado por Foucault em Vigiar e Punir, 2014, que significa ao processo de controlar e delimitar as atitudes de um corpo consciente de modo que uma instituição ou o Estado consiga controla-lo por completo, de modo que favorece ao modelo hegemônico da biopolítica. [↑](#footnote-ref-4)
5. O conceito de panóptico foi criado por Jeremy Bentham, mas que foi utilizado por Foucault para trabalhar o modo como o Estado vigia todos a todo momento, ou seja, a todo momento o sentimento que está sendo vigiado ou observado, de modo que previna futuras oportunidades de crimes e enfatizando a onipresença e onipotência do Estado. [↑](#footnote-ref-5)
6. Luiz Pereira de Melo, 16 anos, internado no hospital por ter esquisitice, timidez e pobreza (MEDRADO, Ana Carolina Cerqueira; SOUZA, Rodrigo Matos. APUD. ARBEX, Daniela, 2013) [↑](#footnote-ref-6)
7. Biopolítica é um termo defendido por Michel Foucault, segundo ele é a arte de governar vinda do Estado sobre um indivíduo ou um grupo social. Essa arte de governar implica diretamente no seu meio de convivência, onde o próprio Estado vai delimitando o que uma pessoa deve ou não fazer, como principal fato, o enriquecimento do Estado e demonstração de sua superioridade hegemônica. O Estado então articula meios de controlar, segregar e delimitar a existência e eficiência de cada um, gerando uma guerra de exclusão comandada pelo mesmo, onde o Foucault, chama a atenção por aquele que o Estado marginaliza como um vagabundo e delinquente: “o vagabundo, portanto é alguém que perturba a produção, e não só um consumidor estéril. Logo, ele se encontra numa posição de hostilidade constitutiva em relação aos mecanismos normais de produção” e “(...) para caracterizar a posição do delinquente em relação à sociedade, uma espécie de acoplamento entre recusa a trabalho e violência, que, na verdade, já não deve ser massacrado pelo par desemprego-mendicância” (FOUCAULT, Michel. Sociedade Punitiva. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Wmf Martins Fontes, p. 44 e 46, 2015) [↑](#footnote-ref-7)
8. Necropolitica é definido pelo antropólogo Achille Mbembe, como um resultado da arte de governar inspirado na biopolítica de Foucault, mas, com um viés mortal. Mbembe define que a necropolitica é uma política da morte. Segundo Mbembe (p. 60, 2018): “às maneiras de matar não variam muito. No caso particular dos massacres, corpos sem vida são rapidamente reduzidos à condição de simples esqueletos. Sua morfologia doravante os inscreve no registro de generalidade indiferenciada: simples relíquias de uma dor inexaurível, corporeidades vazias, sem sentido, formas estranhas mergulhadas e estupor.” O que nos remete, ao modelo de corpos descartáveis, que são facilmente apagados de sua existência, o que Foucault, chama também de “corpos doceis” e “os recursos para o bom adestramento” (p. 133 e 167, 2014). [↑](#footnote-ref-8)
9. Termo cunhado e trabalhado por Foucault durante sua carreia acadêmica, em especial na produção do livro: A Sociedade Punitiva. Onde o mesmo ministrou diversos curso no Collège de France, entre 1972 a 1973. O termo tem como referência o poder que o Estado tem de intervir na vida privada de cada indivíduo e o poder de escolher se o mesmo está produzindo economicamente se ele merece ou não viver. [↑](#footnote-ref-9)
10. Termo criado por Achille Mbemb com o livro: Necropolitica (2003). Mostra como o Estado pode ser cruel, e tem em seu mando, o poder de delimitar quem vive e quem morre, ou como o próprio Mbembe chama “o poder da morte” [↑](#footnote-ref-10)
11. Quantia em dinheiro recebida periodicamente. ≠ DESPESA. “receita", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023, https://dicionario.priberam.org/receita. [↑](#footnote-ref-11)
12. Valor que se gasta ou que se paga; qualquer desembolso de dinheiro. "DESPESA", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2023, https://dicionario.priberam.org/DESPESA. [↑](#footnote-ref-12)
13. Em abril de 1964, por meio de um Golpe Militar instaura-se no Brasil o período ditatorial, que perdurou até 1985. Acarretados por diversos Atos Institucionais, perseguições, censuras, expulsões e separações sociais. [↑](#footnote-ref-13)
14. O Ato Institucional N.: 5, também conhecido como anos de chumbo, foi um dos mais terríveis e tristes implantações estatal na sociedade brasileira de 1968, onde por meio deste ato, o Estado ficava possibilitado de intervir diretamente na vida privada das pessoas, poderia censurar tudo aquilo que fosse contra o regime vigente; possibilitava a perseguição, tortura e exclusão de todos aqueles que fossem denunciados ou que tivesse algum envolvimento político contrário ao regime imposto. [↑](#footnote-ref-14)
15. Slogan criado e amplamente divulgado por todo território nacional durante o governo do presidente Emilio Garrastazu Médici (1969 a 1974), durante este período também ficou conhecido como os anos de chumbo, por causa das altas repressões, perseguições e prisões, advinda dos militares por meio do AI nº 5. [↑](#footnote-ref-15)
16. Maneira de praticar uma operação ou de desenvolver determinada atividade. MODUS OPERANDI. In: PRIBERAM, Priberam Dicionário Online. Lisboa: Priberam, 2024. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/modus%20operandi. Acessado em: 04/03/2024. [↑](#footnote-ref-16)
17. Estado ou Condição de Bárbaro. BARBÁRIE. In: PRIBERAM, Priberam Dicionário Online. Lisboa: Priberam, 2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/barbárie>. Acessado em: 25/03/2024. [↑](#footnote-ref-17)
18. Em referência o mesmo modelo de uma sociedade sem leis ou mecanismo de controle, que gera um desmonte completo da própria sociedade e da política. A anarquia é um modo de construção da própria barbárie, só que de modelo menos cruel onde as questões humanitárias e de pensamento ao próximo podem existir, o que difere da barbárie, que durante seu ocorrido, pouco se importara com as questões de vida do próximo. [↑](#footnote-ref-18)
19. Foi presidente da República entre 1961 a 1964, onde por diversa ameaças ao seu modo de governo, deixou o país abandonando seu cargo para o seu vice, o Paschoal Ranieri Mazzilli. [↑](#footnote-ref-19)
20. Ibid., 1964. [↑](#footnote-ref-20)
21. Arbex D. Holocausto Brasileiro. São Paulo: Geração Editorial; 2013. [↑](#footnote-ref-21)
22. Hospital de Custodia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho; [↑](#footnote-ref-22)
23. Hospitais de Custodia e Tratamento Psiquiátrico; [↑](#footnote-ref-23)
24. Ato Institucional Cinco, que impunha a intervenção na vida privada de todos na sociedade e a implementação de censura pelo Estado, para encobertar os acontecimentos. [↑](#footnote-ref-24)
25. Expressão criada pelo escritor Guimarães Rosa. [↑](#footnote-ref-25)
26. CAPITALIZAÇÃO. IN: CAPITALIZAÇÃO, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam, 2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/capitalização>. Acessado em: 23/04/2024. [↑](#footnote-ref-26)
27. POST-MORTEM. IN: POST-MORTEM, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam, 2024. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/post-mortem. Acessado em: 23/04/2024. [↑](#footnote-ref-27)
28. PL apresentada em 12/09/1989 pelo Ex Deputado Paulo Delgado, PT; contendo como ementa: “Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória. NOVA EMENTA DO SUBSTITUTIVO DO SENADO: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.” (PL 3657/1989. Projeto de Leis que dispõe a extinção dos manicômios. 1989. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20004>. Acessado em 14 de maio de 2024) [↑](#footnote-ref-28)
29. Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental. [↑](#footnote-ref-29)
30. Como Foucault (2015) apresenta que aqueles que não contribui para o desenvolvimento do econômico do Estado está sendo um marginal, ou seja, ao olhar de Foucault está gerando despesas para o mesmo, correndo o risco de que o marginal traga maiores problemas para a sociedade. [↑](#footnote-ref-30)